

Direito Processual Civil (Novo CPC - Lei nº 13.105/2015)

Questão 1: VUNESP - Esc (TJ SP)/TJ SP/"Interior"/2013

Conforme previsto pelo Código de Processo Civil, incumbe ao escrivão

- a) fazer pessoalmente as citações, prisões, penhoras, arrestos e mais diligências próprias do seu ofício, certificando no mandado o ocorrido, com menção de lugar, dia e hora.
- b) estar presente às audiências e coadjuvar o juiz na manutenção da ordem.
- c) efetuar avaliações, certificando o valor atribuído aos bens avaliados.
- d) redigir, em forma legal, os ofícios, mandados, cartas precatórias e mais atos que pertencem ao seu ofício.
- e) entregar, em cartório, o mandado, logo depois de cumprido.

Questão 2: VUNESP - Esc (TJ SP)/TJ SP/"Interior"/2015

Incumbe ao escrivão

- a) dar certidão de qualquer ato ou termo do processo, desde que determinado por despacho exarado por juiz competente.
- b) fazer pessoalmente as penhoras e arrestos.
- c) estar presente às audiências e coadjuvar o juiz na manutenção da ordem.
- d) efetuar avaliações e executar as ordens do juiz a que estiver subordinado.
- e) redigir, em forma legal, os ofícios, mandados, cartas precatórias e mais atos que pertencem ao seu ofício.

Questão 3: VUNESP - Esc (TJ SP)/TJ SP/"Capital"/2010

Sobre a forma dos atos processuais, aponte a alternativa correta.

- a) Os atos praticados em processo em que foi decretado o segredo de justiça não podem ser produzidos em forma eletrônica.
- b) A desistência da ação produz efeito desde que publicada pela imprensa oficial, para conhecimento de terceiros.
- c) Despacho é todo ato pelo qual o juiz, no curso do processo, resolve questão incidente.
- d) A assinatura dos juízes, em todos os graus de jurisdição, pode ser feita eletronicamente, na forma da lei.
- e) É vedada a utilização de método eletrônico para gravação de voz ou imagem durante a realização de audiências.

Questão 4: VUNESP - Esc (TJ SP)/TJ SP/"Capital e Interior"/2007

É correto afirmar que

- a) os atos processuais são de natureza pública e privada.
- b) o princípio do sigilo dos atos processuais aplica-se indistintamente.
- c) o direito de consultar os autos é restrito apenas aos advogados.
- d) todos os atos e termos do processo podem ser produzidos por meio eletrônico.
- e) os atos processuais são válidos quando cumpridas todas as solenidades e não a sua finalidade essencial.

Questão 5: VUNESP - Esc (TJ SP)/TJ SP/"Interior"/2006

Leia os itens a seguir.

I. Ao receber a petição inicial, o escrivão a autuará, mencionando o juízo, a natureza do feito, o número de seu registro, os nomes das partes e a data do seu início.

II. O escrivão numerará e rubricará todas as folhas dos autos, procedendo da mesma forma quanto aos suplementares.

III. É vedado às partes, aos peritos e às testemunhas rubricar as folhas correspondentes aos atos em que intervieram.

IV. Os termos de juntada, de vista, de conclusão e outros semelhantes constarão de notas datadas e rubricadas pelo escrivão.

Estão corretos apenas

- a) I e III.
- b) II e IV.
- c) I, II e IV.
- d) I, III e IV.
- e) II, III e IV.

Questão 6: VUNESP - Esc (TJ SP)/TJ SP/"Interior"/2015

Quanto aos atos do juiz, assinale a alternativa correta.

- a) São atos meramente ordinatórios, forma pela qual o juiz resolve questão incidente, quando praticados em decorrência de juntada de documento essencial para o deslinde da causa.
- b) Os atos meramente ordinatórios, como a juntada e a vista obrigatória, independem de despacho, devendo ser praticados de ofício pelo servidor e revistos pelo juiz quando necessários.
- c) Decisão interlocutória é o ato pelo qual o juiz, no curso do feito, põe fim ao processo, resolvendo todas as questões que deram causa à propositura da ação.
- d) Decisão interlocutória compreende todos os demais atos do juiz praticados no processo, de ofício ou a requerimento da parte, a cujo respeito a lei não estabelece outra forma.
- e) Recebe a denominação de acórdão o julgamento proferido pelos tribunais, desde que julguem o mérito da demanda e reformem a sentença.

Questão 7: VUNESP - Proc Jur(CM Marília)/CM Marília/2016

Assinale a alternativa correta, no que concerne aos atos processuais.

- a) Os atos e termos processuais sempre dependem de forma determinada, reputando-se nulos os que forem realizados de outro modo.
- b) Todos os atos processuais são públicos, sem exceção.
- c) O direito de consultar os autos e de pedir certidões de seus atos em processo que tramite em segredo de justiça é restrito às partes e a seus procuradores.
- d) O terceiro, ainda eu demonstre interesse jurídico, não pode requerer ao juiz certidão de dispositivo de sentença, bem como de inventário.
- e) Não existe a obrigatoriedade do uso do vernáculo em todos os atos e termos do processo.

Questão 8: VUNESP - Ass Jur (P Ferreira)/Pref P Ferreira/2017

Observadas as disposições e os limites estabelecidos na Lei Federal nº 12.153/09, que disciplina os Juizados Especiais da Fazenda Pública, são de sua competência as ações

- a) anulatórias de lançamento tributário.
- b) populares.
- c) de execução fiscal.

- d) de improbidade administrativa.
- e) de mandado de segurança.

Questão 9: VUNESP - Esc (TJ SP)/TJ SP/"Interior"/2006

Quanto ao tempo dos atos processuais, pode-se afirmar:

- a) Os atos processuais realizar-se-ão em dias úteis, das 6 às 20 horas.
- b) O juiz não poderá autorizar que a citação e a penhora se realizem em domingos e feriados.
- c) O prazo para resposta do réu só começará a correr no terceiro dia útil seguinte ao feriado ou férias.
- d) Sábado, domingo e dias declarados por lei são considerados feriados.
- e) É vedada a produção antecipada de provas durante as férias ou feriados.

Questão 10: VUNESP - Esc (TJ SP)/TJ SP/"Capital e Interior"/2012

Durante as férias e feriados, não se praticarão atos processuais, no entanto poderá ser feita a citação, a fim de se evitar o perecimento de direito, sendo que o prazo para a resposta do réu só começará a correr

- a) no primeiro dia útil, seguinte à juntada do mandado.
- b) a partir da data fixada no despacho que ordenar a citação.
- c) por ser medida excepcional no prazo estabelecido no mandado.
- d) no primeiro dia útil, após a citação.
- e) no primeiro dia útil, seguinte ao feriado ou às férias.

Questão 11: VUNESP - Proc Jur (CM Sumaré)/CM Sumaré/2017

A prática eletrônica processual, o que inclui o peticionamento eletrônico, pode ocorrer, para a validade do ato para fins de contagem do prazo:

- a) das seis às vinte horas.
- b) das nove às dezessete horas.
- c) dentro do horário forense estabelecido pela Comarca.
- d) no horário de funcionamento do fórum ou tribunal, conforme estabelecido na lei de organização judiciária.
- e) em qualquer horário até as vinte e quatro horas do último dia do prazo.

Questão 12: VUNESP - Esc (TJ SP)/TJ SP/"Capital"/2010

Leia as assertivas a seguir.

- I. O prazo, estabelecido pela lei ou pelo juiz, é contínuo, interrompendo-se nos feriados.
- II. A superveniência de férias suspenderá o curso do prazo; o que lhe sobejar recomeçará a correr do primeiro dia útil seguinte ao termo das férias.
- III. Podem as partes, de comum acordo, reduzir ou prorrogar o prazo dilatatório; mesmo se requerido após o vencimento do prazo, e se fundar em motivo legítimo.
- IV. Decorrido o prazo, extingue-se, independentemente de declaração judicial, o direito de praticar o ato, ficando salvo, porém, à parte provar que o não realizou por justa causa.
- V. Salvo disposição em contrário, computar-se-ão os prazos, incluindo o dia do começo e excluindo o do vencimento.

É correto apenas o que se afirma em

- a) I e II.
- b) III e IV.
- c) II e IV.
- d) I, III e V.
- e) II, III e IV.

Questão 13: VUNESP - Esc (TJ SP)/TJ SP/"Interior"/2007

Não havendo preceito legal nem assinação pelo juiz, o prazo para a prática de ato processual a cargo da parte será de

- a) 48 horas.
- b) 5 dias.
- c) 10 dias.

d) 15 dias.

e) 20 dias.

Questão 14: VUNESP - Esc (TJ SP)/TJ SP/"Litoral"/2006

"A" propôs ação de rito comum ordinário em face de "B". "B" foi citado em 22 de setembro de 2006 (sexta-feira) e o mandado de citação juntado em 28 de setembro do mesmo ano, sendo certo que no dia 13 de outubro não houve expediente forense. Considerando o prazo para contestar, é correto afirmar que, sendo B

a) co-réu de C, com o mesmo procurador, o prazo para contestar vence em 30 de outubro de 2006.

b) Fazenda Pública, seu prazo vence em 30 de outubro de 2006.

c) pessoa física e único réu do feito, o último dia para B contestar é 13 de outubro de 2006.

d) pessoa física e único réu do feito, o último dia para B contestar é 9 de outubro de 2006.

e) Fazenda Pública, o prazo para contestar é até o dia 27 de novembro de 2006.

Questão 15: VUNESP - Esc (TJ SP)/TJ SP/"Litoral"/2006

Responda a assertiva correta.

a) Quando a intimação é feita pelo correio, o prazo para a parte se manifestar começa a correr do momento da assinatura do aviso de recebimento.

b) Quando a citação é feita por edital, o prazo para contestar tem início da juntada nos autos do aviso de publicação.

c) Os prazos para as partes têm início, salvo disposição em contrário, da intimação.

d) As intimações podem ser feitas pelo correio, mas não poderão ser feitas em cartório.

e) A intimação do Ministério Público poderá ser feita por correio, mandado ou pessoalmente.

Questão 16: VUNESP - Esc (TJ SP)/TJ SP/"Interior"/2015

Os atos processuais são atos das partes, do juiz e dos auxiliares da Justiça, e a eles são assinalados prazos para cumprimento. Nesse caso, assinale a alternativa correta.

a) A parte não poderá renunciar ao prazo estabelecido exclusivamente em seu favor.

b) Não havendo preceito legal nem assinação pelo juiz, será de cinco dias o prazo para a prática de ato processual a cargo da parte.

c) Salvo disposição em contrário, computar-se-ão os prazos, incluindo-se o dia do começo e o do vencimento.

d) Decorrido o prazo, extingue-se, mediante declaração judicial, o direito de praticar o ato.

e) Os atos processuais realizar-se-ão nos prazos prescritos em lei. Quando esta for omissa, o juiz determinará que os prazos se cumpram em cinco dias.

Questão 17: VUNESP - JL (TJ RS)/TJ RJ/2014

Em determinado processo, de procedimento ordinário, em que há dois réus, com procuradores diferentes, um deles (A) foi citado no dia 03/02/2014, tendo sido juntado o mandado aos autos no dia 04/02/2014. O outro réu (B) foi citado no dia 06/03/2014, tendo o mandado sido juntado aos autos, no dia 10/03/2014. Assim, sabendo-se que o prazo determinado na lei, para a contestação, é de quinze dias, é correto afirmar que

a) o prazo para ambos os réus iniciará da juntada aos autos do último mandado juntado, sendo contado em dobro.

b) o prazo será contado, para cada um dos réus, a partir da juntada de seu respectivo mandado, de forma simples, ou seja, não será computado em dobro.

c) o prazo será contado, para cada um dos réus, a partir da juntada de seu respectivo mandado e será computado em dobro.

d) o prazo para ambos os réus iniciará da data em que a citação for efetivada, sendo contado de forma simples e independente para cada um dos réus.

e) o prazo para ambos os réus iniciará da juntada aos autos do primeiro mandado juntado, sendo contado de forma simples.

Questão 18: VUNESP - Pro Jur (P Ferreira)/Pref P Ferreira/2017

Acerca dos prazos no processo civil, assinale a alternativa correta.

a) Se os autos do processo forem eletrônicos, havendo pluralidade de réus assistidos por advogados diferentes, mesmo que pertençam a sociedade de advogados em comum, estes terão o benefício da contagem de prazo dobrado para se defender.

b) A suspensão dos processos, que ocorre entre 20 de dezembro e 20 de janeiro, em virtude do recesso forense, suspenderá tanto os prazos processuais quanto os relativos a direito material.

c) A contagem de prazos deverá ser feita em dias úteis, incluindo-se o dia em que foi praticado o ato e excluindo-se o dia do vencimento. Nos processos digitais, tais prazos, para serem considerados tempestivos, deverão ser cumpridos das 6 às 22 horas do último dia do interregno.

d) Em se tratando da hipótese de contagem de prazos em dobro, a parte beneficiária, para usufruir deste direito, deverá requerer ao juiz, que não poderá conceder tal benesse de ofício.

e) A Fazenda Pública, o Ministério Público, e a Defensoria Pública, para contestar, recorrer e falar nos autos quando intimados gozam, em regra, de prazo em dobro.

Questão 19: VUNESP - Esc (TJ SP)/TJ SP/2017

Luís ingressou com uma ação contra Mirela. Em 09.03 (sexta-feira), na audiência de instrução e julgamento, o juiz julgou a ação improcedente, saindo as partes intimadas de tal decisão nessa data. A parte sucumbente pretende recorrer da decisão do juiz.

Levando em consideração que, durante o prazo do recurso, não há qualquer feriado, é correto afirmar que

- a) o recurso a ser manejado por Luís é o de agravo de instrumento, e ele terá 15 dias úteis para fazer tal peça processual, contados a partir de 09.03.
- b) tanto Luís quanto Mirela têm interesse de agir no recurso de apelação, e eles terão prazo comum de 15 dias úteis, contados de 12.03 (segunda-feira), para apresentar tal peça processual.
- c) Luís deverá interpor recurso de agravo de instrumento, e terá, para isso, prazo fatal até 30.03 (sexta- -feira).
- d) Luís deverá interpor recurso de apelação, e terá, para isso, prazo fatal até 30.03 (sexta-feira).
- e) Mirela deverá manejar recurso de apelação no prazo de 15 dias corridos, contados a partir de 12.03 (segunda-feira).

Questão 20: VUNESP - Proc Jur (Alumínio)/Pref Alumínio/2016

Com relação aos prazos no atual Código de Processo Civil, é correto afirmar que:

- a) inexistindo prazo legal ou judicial para a prática dos atos processuais, esses deverão ser praticados em 15 (quinze) dias.
- b) a contagem de prazos será feita em dias úteis, mesmo que tais interregnos tenham caráter de direito material.
- c) será considerado intempestivo o prazo cumprido antes do termo inicial de sua contagem.
- d) na seção ou subseção judiciária onde for difícil o transporte, o juiz poderá prorrogar os prazos por até dois meses.
- e) por se tratar o processo de direito indisponível, as partes não poderão renunciar aos prazos processuais.

Questão 21: VUNESP - Esc (TJ SP)/TJ SP/"Capital"/2010

Reputa-se que a citação é válida quando feita

- a) aos doentes em estado grave, a fim de evitar o perecimento do direito.
- b) na pessoa do médico, nomeado pelo juiz da causa, no caso de demente impossibilitado de recebê-la.
- c) na pessoa do mandatário, em caso de réu ausente, a fim de não haver perecimento do direito.

d) pelo correio, nos processos de execução e quando o réu residir em local servido pelo serviço domiciliar de correspondência.

e) por edital, quando requerida pelo autor, nos casos em que o réu residir em local sem serviço domiciliar de correspondência.

Questão 22: VUNESP - Esc (TJ SP)/TJ SP/"Interior"/2011

A citação é um dos atos processuais mais importantes para a formação do processo. Sendo assim, assinale a alternativa correta.

a) O militar, em serviço ativo, será citado na unidade em que estiver servindo se não for conhecida a sua residência ou nela não for encontrado.

b) Poderá ser feita a citação a quem estiver assistindo a qualquer ato de culto religioso, desde que o ato não seja interrompido.

c) A citação válida constitui em mora o devedor e interrompe a prescrição desde que ordenada por juiz competente.

d) Estando o réu ausente, a citação far-se-á na pessoa de seu mandatário, administrador, feitor ou gerente em qualquer caso.

e) Incumbe à parte promover a citação do réu nos 5 (cinco) dias subsequentes ao despacho que a ordenar.

Questão 23: VUNESP - Esc (TJ SP)/TJ SP/"Capital e Interior"/2007

A citação válida

a) torna regular o processo de conhecimento.

b) suspende o prazo decadencial.

c) constitui em mora o devedor.

d) não pode ser realizada na pessoa do curador.

e) impede ao juiz a declaração da prescrição de ofício.

Questão 24: VUNESP - Esc (TJ SP)/TJ SP/"Interior"/2006

Com relação à citação, é correto afirmar:

a) Sua falta não é suprida pelo comparecimento espontâneo do réu.

b) Estando o réu ausente, será feita na pessoa de seu mandatário quando a ação se originar de ato por este praticado.

c) Não se fará, salvo para evitar perecimento de direito, aos noivos, nos 30 primeiros dias de bodas.

- d) Quando ordenada por juiz incompetente, não constitui em mora o devedor, nem interrompe a prescrição.
- e) Será feita pelo correio, nas ações de estado, quando for ré pessoa incapaz ou pessoa de direito público.

Questão 25: VUNESP - OFA (TJ PA)/TJ PA/2014

Assinale a alternativa correta a respeito da citação por hora certa, prevista pelo Código de Processo Civil.

- a) Independe de prévia e expressa decisão judicial para ser realizada.
- b) Não pode ser realizada quando for ré pessoa incapaz.
- c) Faz-se por carta registrada, telegrama ou radiograma, dispensanda diligência do Oficial de Justiça.
- d) Após realizada pelo Oficial de Justiça, dispensa o envio de comunicação escrita ao réu pelo escrivão.
- e) Realiza-se, entre outras hipóteses, quando ignorado ou inacessível o local onde se encontra o réu.

Questão 26: VUNESP - Proc Jur (Andradina)/Pref Andradina/2017

Numa ação de conhecimento pelo procedimento comum, em que o polo passivo é composto por litisconsórcio formado por duas pessoas, assinale a alternativa correta.

- a) Em caso de pedido de ambos os réus para que não seja realizada a audiência de conciliação e mediação, feito por advogados distintos, o prazo para apresentar defesa se inicia quando do protocolo do último pedido para retirada de pauta de tal sessão.
- b) Quando a citação for eletrônica, o início do prazo será o dia útil seguinte à última consulta feita pelos réus quanto ao teor da citação, o que será certificado nos autos.
- c) A data para contestar começa individualmente para cada réu quando a citação for feita por meio de oficial de justiça, iniciando-se o lapso para defesa a partir da juntada aos autos de cada certidão positiva de citação.
- d) Na citação por carta precatória, para ambos os réus, a realização do ato citatório será imediatamente informada, por meio eletrônico, pelo juiz deprecado ao juiz deprecante, iniciando-se o prazo para defesa dos réus em litisconsórcio na data de juntada da última comunicação do cumprimento dessas cartas nos autos originários.
- e) No caso de citação por edital, o prazo para defesa começará para ambos os réus da data em que se determinou a citação por essa modalidade.

Questão 27: VUNESP - Proc Jur (Alumínio)/Pref Alumínio/2016

João mora em um condomínio edilício e é réu de uma ação de conhecimento promovida por Maria. Diante dessa situação, sob a ótica da legislação processual, é correto afirmar que a citação de João

- a) será válida apenas se for realizada pessoalmente por meio de oficial de justiça.

b) poderá ser feita pelo correio e terá validade mesmo que seja entregue a um funcionário da portaria do prédio onde ele mora.

c) só será válida se for por correio, pois em ações de conhecimento não é possível outra modalidade de citação.

d) poderá ser feita por hora certa caso o oficial de justiça por três vezes tente encontrar João sem sucesso, e suspeite que está se ocultando.

e) caso seja realizada por hora certa, deverá ser comunicada a João no prazo de quinze dias contados da juntada do mandado aos autos.

Questão 28: VUNESP - Proc Jur (CM Sumaré)/CM Sumaré/2017

A citação por edital será feita quando

a) desconhecido ou incerto o citando.

b) requerido pela parte autora.

c) o réu residir fora do país.

d) o recomendar o oficial de justiça.

e) a causa tiver como objeto interesse público.

Questão 29: VUNESP - JL (TJ RS)/TJ RJ/2014

Com relação aos atos processuais destinados à comunicação, é correto afirmar que a(s)

a) intimação, para os membros do Ministério Público, bem como da Defensoria Pública, deve ser realizada por meio de Diário Oficial eletrônico.

b) citação, para os réus domiciliados em outra comarca, deverá, obrigatoriamente, ser realizada por carta precatória.

c) intimações nos processos pendentes não podem ser efetuadas de ofício.

d) intimação, nas localidades em que não há circulação de Diário Oficial, deve ser realizada exclusivamente pelo correio, sendo vedado ao escrivão praticar tal ato pessoalmente.

e) citação, para os réus domiciliados em outra comarca, poderá ser realizada tanto pelo correio como por carta precatória, tendo o autor o direito de escolha.

Questão 30: VUNESP - Asse Jur (Caieiras)/CM Caieiras/2015

O juiz poderá, a requerimento da parte, antecipar, total ou parcialmente, os efeitos da tutela pretendida no pedido inicial. Nesse caso, assinale a alternativa correta.

- a) Após concedida, a tutela antecipada não poderá ser revogada ou modificada, exceto se a parte interessada recorrer da decisão.
- b) Ainda que a antecipação de tutela seja deferida na sentença de mérito, a apelação será recebida no efeito devolutivo e suspensivo.
- c) O autor da ação não responde pelos danos sofridos pela parte adversa decorrentes da antecipação de tutela que não for confirmada em sentença.
- d) No caso de ação em face da Fazenda Pública, só haverá antecipação de tutela se ficar caracterizado o abuso de direito de defesa.
- e) É possível a antecipação da tutela em sede de recurso, desde que presentes os requisitos legais.

Questão 31: VUNESP - NeR (TJ SP)/TJ SP/Provimento/2016

A respeito da tutela provisória no CPC/2015, é correto afirmar que

- a) pode fundar-se em urgência ou evidência, dividindo-se a primeira em cautelar ou antecipada.
- b) a tutela provisória de urgência de natureza antecipada somente admite a forma incidental.
- c) por emanar do poder jurisdicional, aspecto da própria soberania estatal, não implica responsabilidade do autor pelos eventuais prejuízos que a efetivação da medida ocasionar ao réu.
- d) a tutela provisória conserva sua eficácia durante a pendência do processo, exceto em caso de suspensão deste, quando então terá suspensos seus efeitos independentemente de pronunciamento judicial.

Questão 32: VUNESP - Proc Jur (CM VP)/CM V Paulista/2016

No que concerne à estabilização da tutela antecipada, assinale a alternativa correta.

- a) A tutela antecipada torna-se estável se, da decisão que a conceder, não for interposta contestação.
- b) A decisão submetida à estabilização faz coisa julgada.
- c) O autor deverá indicar, na petição inicial, que pretende valer-se do benefício da estabilização da tutela antecipada, a fim de que ela possa vir a ocorrer no processo.
- d) O direito de rever, reformar ou invalidar a tutela antecipada estabilizada, extingue-se após 01 (um) ano, contados da ciência da decisão que extinguiu o processo.
- e) Apenas o réu poderá demandar com o intuito de rever, reformar ou invalidar a tutela antecipada estabilizada.

Questão 33: VUNESP - Proc Jur (M Cruzes)/Pref Mogi Cruzes/2016

Sobre a tutela de urgência, assinale a alternativa correta.

- a) No procedimento da tutela cautelar em caráter de evidência, o réu será citado para, no prazo de cinco dias, contestar o pedido e indicar as provas que pretende produzir.
- b) A tutela de cautelar em caráter antecedente será concedida independentemente da demonstração de perigo de dano ou de risco ao resultado útil do processo.
- c) Cessa a eficácia da tutela concedida em caráter de evidência, se não for efetivada no prazo de trinta dias.
- d) Efetivada a tutela cautelar, o pedido principal terá de ser formulado pelo autor no prazo de trinta dias, caso em que será apresentado nos mesmos autos em que foi deduzido o pedido cautelar.
- e) A decisão que concede tutela em caráter antecedente fará coisa julgada se não for revista, reformada ou invalidada por decisão proferida em ação ajuizada por uma das partes.

Questão 34: VUNESP - Proc Jur (Andradina)/Pref Andradina/2017

Antônio propõe uma ação indenizatória contra Alfredo, versando sobre fatos ocorridos há mais de 15 anos. Requer tutela provisória de urgência, que é deferida num primeiro momento pelo juiz de primeiro grau. A prescrição é clara. Diante desse fato, é correto afirmar que

- a) Antônio responderá pelo prejuízo que a efetivação da tutela de urgência causar a Alfredo, se posteriormente o juiz acolher a tese de prescrição eventualmente alegada pelo réu.
- b) mesmo sendo clara a prescrição, o juiz só poderá aplicá-la se Alfredo alegar sua existência.
- c) a sentença que acolher a prescrição extinguirá o processo sem resolução do mérito, por inépcia da petição inicial, sendo necessário que o juiz dê a oportunidade de Antônio se manifestar antes de decretá-la.
- d) a prescrição só poderá ser analisada pelo juiz de primeiro grau. Caso não seja reconhecida na sentença, está precluso o direito de retomar tal discussão.
- e) em vista do deferimento da tutela de urgência, precluso está o direito de Alfredo alegar a questão da prescrição, que se convalidou pela decisão provisória do juízo de primeiro grau.

Questão 35: VUNESP - Proc Jur (Andradina)/Pref Andradina/2017

Em uma decisão incidental, nos autos de primeiro grau, o juiz defere a concessão de tutela provisória de urgência antecipada requerida pelo autor, valendo-se como fundamentação apenas da seguinte frase: “ Defiro a tutela nos moldes pleiteados, por preencher os requisitos do Código de Processo Civil”. Diante dessa circunstância, é certo afirmar que

- a) caso não seja feito o agravo de instrumento, a tutela será estabilizada, podendo ser rediscutida pelas partes em ação própria que deverá ser proposta em até dois anos da data do deferimento.
- b) a decisão do juiz padece de omissão acerca da correta fundamentação, cabendo ao réu interpor embargos de declaração para suprir tal omissão, o que não poderá ser feito pelo autor da demanda vez que ele foi beneficiado com o deferimento da sua pretensão.

c) a decisão está devidamente fundamentada, pois apontou qual a legislação foi utilizada para formar o convencimento do juiz.

d) por se tratar de tutela antecipada antecedente, caberá ao réu interpor agravo de instrumento contra a decisão, recurso esse que deverá ser endereçado diretamente ao órgão colegiado.

e) a decisão padece de um vício, pois não se considera como fundamentação a mera indicação do ato normativo que daria suporte ao entendimento do juiz.

Questão 36: VUNESP - Proc (CM M Cruzes)/CM Mogi Cruzes/2017

Assinale a alternativa correta.

a) A tutela de evidência somente será cabível quando a matéria for unicamente de direito e houver tese firmada em julgamento de recursos repetitivos, em incidente de resolução de demandas repetitivas ou em súmula vinculante.

b) A tutela de urgência é admissível somente em demanda condenatória e constitutiva.

c) A tutela provisória depende de caução e não pode ser deferida antes da citação do réu.

d) A tutela de evidência será concedida pelo juiz quando houver demonstração de risco de dano irreparável ou de difícil reparação e ficar caracterizado o abuso de direito de defesa.

e) O entendimento predominante é que cabe a concessão de tutela provisória a qualquer momento, inclusive na sentença.

Questão 37: VUNESP - Ana (CRBio 01)/CRBio 01/Advogado/2017

Miranda passa por sérios problemas de saúde e tem necessidade iminente de realizar uma cirurgia que, se não for efetivada num prazo de 48 horas, poderá levá-lo a óbito. Ele contrata um convênio médico há mais de 20 anos e, ao solicitar autorização para essa cirurgia, recebeu negativa dizendo que estava no prazo da carência.

Nesse caso, como advogado de Miranda, você

a) deverá requerer uma tutela de evidência em caráter antecedente, uma vez que a urgência é contemporânea à propositura da ação.

b) poderá requerer tutela de urgência cautelar de forma antecedente e, após a concessão da liminar, terá 15 dias úteis para aditar a inicial.

c) poderá requerer tutela de urgência antecipada, sendo que, após o deferimento da liminar, o juiz concederá prazo de, no mínimo, 15 dias para que seja realizado o aditamento.

d) deverá requerer tutela de urgência antecipada, necessariamente em caráter incidental, sendo que, caso não seja interposto recurso contra a liminar deferida, esta se estabilizará.

e) deverá requerer uma tutela cautelar incidental, uma vez que a urgência é contemporânea à propositura da ação.

Questão 38: VUNESP - Pro Jur (P Ferreira)/Pref P Ferreira/2017

Sobre as tutelas provisórias descritas no Código de Processo Civil, é certo afirmar que:

- a) dentre as tutelas de urgência estão as antecipadas e as de evidência, sendo que as cautelares formam um grupo específico de tutelas provisórias que independem de risco para serem concedidas.
- b) quando a tutela antecipada for deferida em caráter antecedente, poderá se estabilizar desde que não seja interposto recurso de apelação, sendo que se for deferida em caráter incidental essa estabilização jamais ocorrerá.
- c) após o prazo de dois anos, contados da data da ciência da decisão que extinguiu o processo, a tutela antecipada concedida em caráter antecedente, caso tenha estabilizado, não mais poderá ser discutida.
- d) a sistemática do atual Código de Processo Civil contempla a possibilidade de ser distribuída tutela provisória de evidência nominada.
- e) se após o deferimento de liminar em tutela provisória de urgência antecipada antecedente o autor não emendar a petição em 15 dias, o processo será extinto por sentença definitiva, revogando-se a liminar outrora deferida.

Questão 39: VUNESP - Esc (TJ SP)/TJ SP/2017

Determinada lide esbarra numa súmula vinculante que favorece o réu na sua interpretação. Assim, pretende o réu que essa discussão seja imediatamente solucionada, requerendo tutela provisória nesse sentido, pelas vias processuais adequadas.

Nesse caso, é correto afirmar que

- a) só será concedida a tutela caso o réu a tenha pleiteado na forma de urgência antecipada antecedente.
- b) o réu tem interesse em pleitear a provisória de evidência, independentemente da presença dos requisitos da verossimilhança, da alegação e do risco de dano.
- c) por se tratar de assunto que deve aguardar a cognição exauriente, o pedido de tutela provisória do réu deverá ser indeferido.
- d) o réu não tem legitimidade para requerer tutela provisória nesse caso, pois esse pedido deve ser formulado exclusivamente pelo autor dessa demanda.
- e) para que seja concedida a tutela pretendida, será necessária a presença dos requisitos da verossimilhança, da alegação e do risco de dano.

Questão 40: VUNESP - Proc Jur (Alumínio)/Pref Alumínio/2016

Em um processo de conhecimento, o qual fique caracterizado abuso do direito de defesa ou manifesto propósito protelatório das partes, a parte lesada poderá requerer tutela provisória de

- a) evidência.
- b) urgência cautelar incidental.
- c) urgência antecipada antecedente.
- d) urgência cautelar antecedente.
- e) urgência antecipada incidental.

Questão 41: VUNESP - JE TJSP/TJ SP/2017

A tutela provisória de urgência:

- a) exige, além do perigo da demora, prova pré-constituída das alegações de fato em que se funda o autor.
- b) não pode ser concedida na sentença porque, do contrário, a tutela perderia a natureza de provisória.
- c) quando requerida na forma de tutela cautelar antecedente, poderá ser apreciada como tutela antecipada, caso o juiz entenda que essa é sua verdadeira natureza.
- d) só pode ser determinada pelo juiz estatal e não pelo árbitro, uma vez que falta a esse último poder de coerção para efetivar a medida.

Questão 42: VUNESP - Esc (TJ SP)/TJ SP/"Litoral"/2006

Considere as assertivas a seguir.

- I. A revelia de uma das partes atinge aos demais co-réus que contestaram a ação.
- II. Com o fim do prazo para resposta do réu, o escrivão fará a conclusão dos autos ao juiz.
- III. Todos os meios legais e moralmente legítimos, mesmo não especificados no Código de Processo Civil, são hábeis para provar a verdade dos fatos.
- IV. Os fatos notórios devem ser comprovados por certidão exarada pelo escrivão do cartório.

V. As partes do processo não podem ser interrogadas sobre os fatos da causa.

É correto apenas o que se afirma em

- a) I, II e V.
- b) II e III.
- c) I, II e IV.
- d) IV e V.
- e) I e IV.

Questão 43: VUNESP - Esc (TJ SP)/TJ SP/"Interior"/2011

Nas ações de procedimento ordinário, é possível a cumulação de pedidos por parte do autor em sua inicial. Diante dessa informação, assinale a alternativa correta.

- a) É lícito formular mais de um pedido em ordem sucessiva, escolhendo o juiz conhecer pela ordem que julgar mais adequada.
- b) É permitida a cumulação, num único processo, contra o mesmo réu, de vários pedidos, ainda que entre eles não haja conexão.
- c) A admissibilidade da cumulação dos pedidos não importa que tenha competência para conhecer deles o mesmo juízo.
- d) Os pedidos cumulados não necessitam ser compatíveis entre si, contudo, devem estar adequados ao mesmo procedimento.
- e) A cumulação dependerá de anuência do réu, que pode ser tácita ou explicitamente impugnada na contestação.

Questão 44: VUNESP - Ana O (PRODEST)/PRODEST/Ciências Jurídicas/2014

Quando omissa o pedido do autor, configura sentença extra petita aquela que condena o réu ao pagamento de

- a) prestações periódicas ainda não vencidas.
- b) juros sobre capital próprio.
- c) juros legais moratórios.
- d) honorários advocatícios de sucumbência.
- e) despesas processuais.

Questão 45: VUNESP - Proc (Pref SJC)/Pref SJC/2012

Considera-se inepta a inicial quando

- a) o tipo de procedimento escolhido não corresponder à natureza da causa.
- b) a parte for manifestamente ilegítima.
- c) o autor carecer de interesse processual.
- d) o juiz verificar desde logo a prescrição.
- e) contiver pedidos incompatíveis entre si.

Questão 46: VUNESP - Esc (TJ SP)/TJ SP/"Interior"/2015

Quanto ao pedido feito pelo autor na petição inicial, assinale a alternativa correta.

- a) É ilícito formular mais de um pedido em ordem sucessiva, por não ser possível ao juiz conhecê-los de modo contínuo.
- b) Os pedidos são interpretados extensivamente, devendo haver pedido explícito para o pagamento do principal e dos juros legais.
- c) Não é possível a formulação de mais de um pedido, quando cada um corresponder a tipo diverso de procedimento.
- d) Antes da sentença, o autor poderá aditar o pedido, correndo à sua conta as custas acrescidas em razão dessa iniciativa.
- e) É permitida a cumulação, num único processo, contra o mesmo réu, de vários pedidos, ainda que entre eles não haja conexão.

Questão 47: VUNESP - JE TJSP/TJ SP/2017

Quanto à petição inicial, no procedimento comum,

- a) o autor, depois da citação, poderá aditar ou alterar o pedido ou causa de pedir, hipótese em que, desde que assegurado o contraditório mediante a possibilidade de manifestação no prazo mínimo de quinze (15) dias, não será exigido consentimento do demandado.
- b) o autor tem o ônus de alegar eventual desinteresse na designação de audiência de conciliação ou mediação, sob pena de ser presumido seu interesse na tentativa de autocomposição.
- c) ela será inepta e, como tal, deverá ser indeferida se o juiz verificar desde logo a ocorrência de prescrição ou decadência.
- d) o autor poderá cumular pedidos, desde que haja conexão entre eles.

Questão 48: VUNESP - Proc Jur (CM Sumaré)/CM Sumaré/2017

Quando o Tribunal de Justiça, em sede de recurso de apelação, reformar decisão de indeferimento da petição inicial, o prazo para o réu contestar começará a correr da

- a) publicação do acórdão.
- b) juntada da citação.
- c) intimação do retorno dos autos.
- d) intimação determinando a contestação.
- e) audiência de conciliação ou mediação.

Questão 49: VUNESP - Proc Jur (CM Poá)/CM Poá (SP)/2016

Considerando que o Código de Processo Civil autoriza o juiz a conhecer de ofício a prescrição, assim como prevê procedimento para a ação de usucapião, assinale a alternativa correta.

- a) Também poderá declarar de ofício a prescrição aquisitiva e reconhecer a usucapião.
- b) Reconhecerá de ofício a prescrição aquisitiva da usucapião, em qualquer processo em que a Fazenda Pública for parte.
- c) Independentemente da natureza da ação, poderá reconhecer de ofício a usucapião, desde que ouvido o Ministério Público.
- d) A natureza jurídica da aquisição da propriedade pela prescrição aquisitiva impõe a obrigação de seu reconhecimento de ofício.
- e) Ao juiz só é possível reconhecer de ofício a prescrição de natureza extintiva de direito.

Questão 50: VUNESP - Pro Jur (P Ferreira)/Pref P Ferreira/2017

Hugo, pretendendo reaver seus direitos, ingressa com uma ação pelo procedimento comum contra Fernando. Seu advogado propõe a ação e neste momento tal exordial está sendo analisada pelo juiz.

É certo que o magistrado poderá:

- a) determinar a emenda no prazo de 15 dias, sob pena de indeferimento da petição inicial. Caso a emenda não se concretize, extinguirá o processo com solução do mérito.
- b) julgar extinta a ação sem resolução do mérito, se não preenchidos os requisitos da petição inicial e caso não se tenha emendado, quando então, Hugo, poderá interpor a apelação, da qual não cabe juízo de retratação.

c) determinar a citação de Fernando, caso a petição esteja apta, para que, querendo, apresente sua contestação diretamente na audiência de mediação e conciliação sob pena de revelia.

d) julgar liminarmente improcedente a ação, antes mesmo da citação, caso se verifique a prescrição dos direitos de Hugo.

e) designar desde logo a sessão de mediação e conciliação, citando o réu para comparecer à assentada. Havendo acordo, o juiz, mesmo após a citação, poderá julgar inepta a petição inicial, caso entenda que ela não preencheu os requisitos da legislação vigente.

Questão 51: VUNESP - Proc Jur (Alumínio)/Pref Alumínio/2016

Janaína propôs ação declaratória contra o Banco Nunes S/A. Em sua petição inicial esclareceu que não tinha interesse na realização da audiência de conciliação ou de mediação. Nessa situação, é correto afirmar:

a) caso o banco réu não queira participar de uma audiência de mediação ou conciliação, deverá fazer tal requerimento diretamente em sua contestação.

b) se o banco réu optar pela realização da audiência de mediação e conciliação, o juiz, diante da manifestação da autora, deverá desmarcar a audiência.

c) caso houvesse litisconsórcio, o desinteresse na realização da audiência deve ser manifestado por todos os litisconsortes.

d) num mesmo processo só pode ser realizada uma sessão de mediação ou conciliação.

e) caso seja designada a audiência de mediação ou conciliação e Janaína não compareça, tal ausência será considerada ato atentatório à dignidade da justiça com aplicação de multa de até 1% sobre o valor da causa.

Questão 52: VUNESP - Proc (CM Pradópolis)/CM Pradópolis/2016

Aquele que detiver a coisa em nome alheio, sendo-lhe demandada em nome próprio, deverá

a) denunciar da lide o proprietário ou possuidor.

b) nomear à autoria o proprietário ou possuidor.

c) chamar ao processo o proprietário ou possuidor.

d) requerer a extinção da ação por falta de interesse de agir.

e) requerer a improcedência da ação, com julgamento de mérito.

Questão 53: VUNESP - JDM (TJM SP)/TJM SP/2016

No tocante ao tema resposta do réu, assinale a alternativa correta.

- a) A existência de convenção de arbitragem pode ser alegada a qualquer tempo pelo réu.
- b) Os litisconsortes passivos sempre têm o mesmo prazo para apresentar contestação.
- c) O réu pode ser condenado a arcar com as despesas processuais e indenizar o autor pelos prejuízos decorrentes da falta de indicação do sujeito passivo, quando alegar sua ilegitimidade e não indicar o sujeito passivo, tendo conhecimento de quem o seja.
- d) Deve necessariamente ser alegado no bojo da contestação a denunciação da lide, o chamamento do processo, a incompetência relativa, a impugnação ao valor da causa e a arguição de impedimento ou suspeição.
- e) O termo inicial para oferecimento de contestação será sempre a data da audiência de conciliação ou de mediação, ou da última sessão de conciliação, quando qualquer parte não comparecer ou, comparecendo, não houver autocomposição.

Questão 54: VUNESP - JL (TJ RS)/TJ RJ/2014

Litispêndência é

- a) repetição de uma mesma ação em que já foi proferida sentença, com trânsito em julgado.
- b) repetição de uma mesma ação que está em curso, ou seja, com as mesmas partes, pedido e causa de pedir mais abrangente que engloba a da outra ação.
- c) mais de uma pessoa em um, ou em ambos os polos da ação.
- d) repetição de uma mesma sentença no processo.
- e) repetição de uma mesma ação que está em curso, ou seja, com as mesmas partes, pedido e causa de pedir.

Questão 55: VUNESP - JE TJRJ/TJ RJ/2013

É possível afirmar que, em sua contestação, o réu deve

- a) apresentar pedido contraposto na própria peça de contestação, se assim o desejar, desde que o procedimento seja ordinário.
- b) impugnar tão somente os vícios processuais, caso estes inviabilizem a apreciação do mérito, em obediência ao princípio da instrumentalidade das formas.
- c) apresentar toda a matéria de defesa, ainda que haja contrariedade entre uma tese e outra, em homenagem ao princípio da eventualidade.
- d) apresentar as matérias que o juiz poderia ter conhecido de ofício antes da defesa, sob pena de preclusão e superveniente impedimento para que o juiz as conheça de ofício.

Questão 56: VUNESP - JE TJRJ/TJ RJ/2013

Em ocorrendo citação por edital, assinale a alternativa correta acerca do prazo para apresentação de defesa.

- a) Inicia-se o prazo da publicação do edital no órgão oficial.
- b) Inicia-se o prazo da última publicação no jornal local.
- c) A defesa deve ser apresentada no prazo de dilação assinado pelo juiz.
- d) Inicia-se o prazo quando findo o prazo de dilação assinado pelo juiz.

Questão 57: VUNESP - Proc Jur (CM VP)/CM V Paulista/2016

É matéria que deve ser alegada como questão preliminar processual, nos termos do art. 337, do CPC, em sede de contestação:

- a) impossibilidade jurídica do pedido.
- b) existência de coisa julgada.
- c) ocorrência da prescrição.
- d) denunciação da lide.
- e) reconhecimento jurídico parcial do pedido.

Questão 58: VUNESP - Proc Jur (Andradina)/Pref Andradina/2017

Miranda é réu numa ação que lhe moveu Jair. Apresentou sua defesa contra a tese do autor, sendo que esta foi acolhida pelo primeiro grau, entendendo ter Miranda razão em seus argumentos. Jair fez apelação contra a decisão, recurso este que ainda não foi julgado. Além disso, propôs outra ação para tentar receber os mesmos valores que fomentaram a primeira demanda.

Diante dessa situação hipotética, é correto afirmar que

- a) a segunda ação não pode prosperar, por já ter se vislumbrado a formação de coisa julgada material na primeira demanda, devendo ser julgada extinta sem conhecimento do mérito.
- b) estando ainda em curso a primeira ação, a segunda demanda deve ser considerada como litispendente e, portanto, julgada extinta com resolução de mérito.
- c) a primeira ação apenas formou coisa julgada formal, por isso é possível a rediscussão do mesmo assunto em outra demanda, mesmo estando ela em curso.
- d) a segunda ação deve ser julgada extinta sem resolução de mérito, por litispendência com a primeira ação, que ainda não formou coisa julgada material ou formal, tendo em vista que pende o julgamento do recurso.

e) a primeira e a segunda ação têm pedidos distintos, e mesmo havendo coincidência de causa de pedir, os pedidos são diversos, pois requeridos em momentos diferentes, sendo possível que ambas tramitem em conjunto.

Questão 59: VUNESP - Ass Jur (P Ferreira)/Pref P Ferreira/2017

Na hipótese de não haver audiência prévia por desinteresse das partes ou por não se admitir autocomposição, havendo litisconsórcio passivo, e o autor desistir da ação em relação a réu ainda não citado, o prazo para resposta do outro réu já citado correrá da data

- a) da intimação da decisão que homologar a desistência.
- b) da juntada do mandado de citação do último réu.
- c) assinalada pelo juiz quando homologar o desinteresse das partes na composição consensual.
- d) da juntada do mandado do réu que permanecer na ação, no caso de não se admitir autocomposição.
- e) assinalada pelas partes.

Questão 60: VUNESP - JE TJSP/TJ SP/2015

A questão refere-se à Lei no 5.869/73, Código de Processo Civil, de 1973.

Acerca da reconvenção, assinale a alternativa correta.

- a) É necessária a intimação pessoal do autor reconvindo para contestá-la, no prazo de 15 (quinze) dias.
- b) A existência de causa extintiva da ação obsta ao prosseguimento da reconvenção.
- c) Nas ações possessórias, o usucapião pode ser arguido pela via reconventional.
- d) É admissível em ação declaratória de nulidade de cláusula contratual.

Questão 61: VUNESP - NeR (TJ SP)/TJ SP/Remoção/2016

Sobre a reconvenção, é correto afirmar que

- a) pode ser proposta contra o autor e terceiro, ou ainda, pelo réu em litisconsórcio com terceiro.
- b) pode ser proposta pelo réu em petição própria, para manifestar pretensão própria, haja ou não conexão com a ação principal ou com o fundamento da defesa.
- c) dela será o autor intimado pessoalmente, para apresentar resposta no prazo de 15 (quinze) dias.
- d) é inadmissível na ação monitória.

Questão 62: VUNESP - Proc Jur (M Cruzes)/Pref Mogi Cruzes/2016

O réu poderá oferecer um pedido contraposto ao do autor, chamado reconvenção,

- a) possível de ser proposto, independentemente de oferecer contestação.
- b) inviável em face de terceiro, mas apenas proposto contra o autor da ação.
- c) inadmissível em caso de litisconsórcio voluntário.
- d) apresentado em peça própria e no mesmo prazo da contestação.
- e) sendo que a desistência da ação pelo autor leva a sua extinção.

Questão 63: VUNESP - Ana (CRBio 01)/CRBio 01/Advogado/2017

João demanda contra José, pelo procedimento comum. José, porém, entende que possui direitos a serem constituídos contra João. Nesse caso, é correto afirmar que

- a) José poderá contestar, e em peça apartada fazer reconvenção, sendo os prazos comuns. Caso a contestação seja protocolada antes, haverá preclusão consumativa para a apresentação da reconvenção.
- b) João poderá protocolar sua manifestação sobre eventual contestação apresentada por José caso este, em sua defesa, alegue fato impeditivo, modificativo ou extintivo aos seus direitos, permitindo-lhe o juiz a produção de provas.
- c) José deverá apresentar contestação com a reconvenção, sob pena de preclusão acerca de eventuais direitos que ele pretenda constituir contra João.
- d) se João requerer a desistência da ação em que José tenha feito reconvenção, ambas serão extintas, sem necessidade da anuência de José.
- e) se além de José, Antônio também possuir direitos conexos com os que estão sendo discutidos na ação proposta por João, não poderá apresentar eventual reconvenção nos autos, conjuntamente com José, pela vedação expressa na lei acerca da formação de litisconsórcio em sede de reconvenção.

Questão 64: VUNESP - Proc Jur (CM Sumaré)/CM Sumaré/2017

Considerando que na contestação é lícito ao réu propor reconvenção, assinale a alternativa correta.

- a) Poderá ser proposta contra o autor e terceiro.
- b) Inadmite litisconsórcio ativo.
- c) Somente será conhecida se oferecida com a contestação.
- d) A desistência da ação implica na extinção da reconvenção.

e) Não oferecida com a contestação, preclui o direito do réu quanto ao direito contraposto.

Questão 65: VUNESP - Esc (TJ SP)/TJ SP/"Interior"/2011

João ingressou com ação tratando de direitos indisponíveis em face de Maria e Antonio. Maria contestou o feito e Antonio deixou passar em branco o prazo para responder à ação. Diante disso, indique a alternativa correta.

- a) Antonio se tornou revel, situação processual que afeta a resposta apresentada por Maria.
- b) Antonio se tornou revel, reputando-se verdadeiros os fatos afirmados por João.
- c) Antonio, como revel, não poderá mais intervir no processo, correndo os prazos independentemente de intimação.
- d) Caso a ação fosse proposta somente em face de Antonio, sua revelia não permitiria a alteração do pedido inicial, ainda que se proceda nova citação.
- e) A revelia de Antonio não reputa verdadeiros os fatos afirmados por João, por se tratar de discussão de direitos indisponíveis.

Questão 66: VUNESP - Esc (TJ SP)/TJ SP/"Capital e Grande SP"/2014

Tendo sido reconhecida a revelia do réu, que deixou de contestar a ação no prazo legal, assinale a alternativa correta.

- a) Na pluralidade de réus, havendo contestação de um deles, os demais, se não responderem o feito, sofrerão os efeitos da revelia.
- b) O revel não poderá intervir no feito nas demais fases do processo, como um dos efeitos da revelia.
- c) Se a contestação não estiver acompanhada de instrumento público que a lei considere indispensável à prova do fato, sofrerá o réu os efeitos da revelia.
- d) Contra o revel que não tenha patrono nos autos, correrão os prazos a partir da publicação de cada ato decisório.
- e) Ocorrendo a revelia, o autor poderá modificar o pedido ou a causa de pedir, até antes da prolação da sentença.

Questão 67: VUNESP - Proc (Pref SJC)/Pref SJC/2012

Assinale a alternativa correta sobre a revelia e as ações em que a Fazenda Pública for ré.

- a) Se a Fazenda Pública não contestar a ação, reputar-se-ão verdadeiros os fatos afirmados pelo autor, operando-se a revelia.
- b) Havendo a revelia da Fazenda Pública, o autor poderá alterar o pedido ou a causa de pedir.
- c) Operada a revelia, a Fazenda Pública não poderá mais ser intimada dos atos do processo.

d) Não se aplicam os efeitos da revelia contra a Fazenda Pública, uma vez que indisponíveis os interesses discutidos em juízo.

e) Não se aplicam os efeitos da revelia contra a Fazenda Pública, uma vez que a citação é feita em nome do procurador geral.

Questão 68: VUNESP - Proc Jur (Alumínio)/Pref Alumínio/2016

Sobre as disposições do atual Código de Processo Civil acerca do julgamento antecipado do processo, assinale a alternativa correta.

a) A decisão que julga antecipadamente o processo é una e tem natureza jurídica de sentença.

b) É possível ser realizado o julgamento parcial do mérito apenas se houver pedidos que se mostrem incontroversos.

c) Se houver julgamento parcial do mérito, a natureza jurídica da decisão permanece como sentença e pode ser atacada por recurso de apelação.

d) Mesmo ocorrendo o julgamento parcial do mérito, a liquidação e execução só poderão ser propostas com a sentença final.

e) Se o réu for revel e ocorrer os efeitos da revelia, não havendo requerimento para produção de outras provas, o juiz poderá proceder ao julgamento antecipado do mérito do processo.

Questão 69: VUNESP - Proc Jur (CM Sumaré)/CM Sumaré/2017

Havendo julgamento antecipado parcial do mérito, o recurso cabível para a parte interessada é:

a) Apelação.

b) Apelação, quando julgada a ação toda, sem preclusão do julgamento parcial.

c) Pedido de reconsideração.

d) Agravo retido.

e) Agravo de instrumento.

Questão 70: VUNESP - JDM (TJM SP)/TJM SP/2016

Quanto à audiência de instrução e julgamento em procedimento comum, assinale a alternativa correta.

a) O juiz poderá dispensar a produção de provas requerida pelo Ministério Público ou pelo defensor público, se o promotor de justiça ou o defensor público não comparecerem à audiência.

b) Será possível a gravação da audiência em imagem e em áudio pelas partes, em meio digital ou analógico, somente se houver autorização judicial.

c) Nas provas orais produzidas em audiência, devem ser ouvidos, obrigatoriamente, nesta ordem: o perito e os assistentes técnicos; o autor e o réu que prestarem depoimentos pessoais; as testemunhas arroladas pelo autor e, por último, as testemunhas arroladas pelo réu.

d) Instalada a audiência, o juiz pode deixar de tentar conciliar as partes se já tiver empregado anteriormente outros métodos de solução consensual de conflitos.

e) Enquanto depuserem o perito, os assistentes técnicos, as partes e as testemunhas, poderão os advogados e o Ministério Público intervir ou apartear, independentemente de licença do juiz.

Questão 71: VUNESP - Esc (TJ SP)/TJ SP/"Capital"/2010

Quanto à prova testemunhal, aponte a alternativa correta.

a) A prova testemunhal é sempre admissível, não podendo ser indeferida, ainda que haja documento que prove os fatos, sob pena de cerceamento de defesa.

b) É vedado à parte inocente provar com testemunhas, nos contratos simulados, a divergência entre a vontade real e a vontade declarada.

c) Estão impedidos de depor como testemunha o que é parte na causa, bem como seu cônjuge.

d) Está impedido de depor o condenado por crime de falso testemunho, havendo transitado em julgado a sentença.

e) As testemunhas devem depor pessoalmente em juízo, em audiência de instrução, não se admitindo outra forma de oitiva, sob pena de nulidade.

Questão 72: VUNESP - Esc (TJ SP)/TJ SP/"Litoral"/2006

Responda a assertiva correta.

a) A cópia de documento particular tem o mesmo valor probante que o original, cabendo ao escrivão certificar a conformidade entre a cópia e o original.

b) O incidente de falsidade documental não suspende o curso do processo em que este foi juntado.

c) Não é lícito às partes a juntada de documentos novos no curso do processo.

d) Só é admissível a prova testemunhal, em qualquer hipótese, quando houver começo de prova escrita.

e) A testemunha é sempre obrigada a depor, mesmo sobre fatos que acarretem prejuízo a seu cônjuge ou parentes consanguíneos ou afins.

Questão 73: VUNESP - PsiJ (TJ SP)/TJ SP/2012

O conhecimento científico tem se demonstrado de grande importância para auxiliar nas decisões judiciais. O Art. 420 do Código de Processo Civil determina que as provas periciais consistem em

- a) exame, vistoria ou avaliação.
- b) análises, interpretações ou indicações.
- c) prescrições, documentos ou declarações.
- d) opinião técnica, depoimentos ou documentos.
- e) opiniões profissionais, interpretações ou documentos.

Questão 74: VUNESP - Esc (TJ SP)/TJ SP/"Interior"/2015

Quanto aos processos que tramitam perante os Juizados Especiais da Fazenda Pública, assinale a alternativa correta.

- a) No foro em que estiverem instalados, a competência é relativa.
- b) Não é possível pedido para providências cautelatórias ou antecipatórias no curso do processo.
- c) O cumprimento da sentença com trânsito em julgado, que imponha obrigação de fazer, será efetuado mediante ofício do juiz à autoridade citada para a causa, com cópia da sentença ou do acordo.
- d) A Fazenda terá prazo em quádruplo para contestar e em dobro para recorrer.
- e) Nas causas que correm perante esse Juizado, haverá reexame necessário no caso de procedência do pedido do autor.

Questão 75: VUNESP - NeR (TJ SP)/TJ SP/Provimento/2012

Documento feito por oficial público incompetente ou sem a observância das formalidades legais, subscrito pelas partes,

- a) não tem eficácia probatória, não servindo como meio de prova.
- b) é prova bastante dos fatos declarados pelo oficial.
- c) é válido como início de prova a ser complementada por outras provas.
- d) tem a mesma eficácia probatória do documento particular.

Questão 76: VUNESP - NeR (TJ SP)/TJ SP/Remoção/2012

Contestada no curso do processo a assinatura de documento particular exibido por uma das partes, sem reconhecimento de firma por tabelião, o ônus da prova incumbe

- a) à parte que contestou a assinatura.

b) à parte a quem o juiz atribuir o ônus de comprovar a autenticidade da assinatura.

c) à parte que produziu o documento.

d) ao autor quando se tratar de prova relativa a fato constitutivo do seu direito; ao réu quando se tratar de prova relativa a fato impeditivo, modificativo ou extintivo do direito do autor.

Questão 77: VUNESP - Esc (TJ SP)/TJ SP/"Capital e Grande SP"/2014

No que diz respeito ao depoimento pessoal da parte, assinale a alternativa correta.

a) Se a parte intimada comparecer, a fim de discorrer sobre os fatos da causa, e se recusar a depor, o juiz lhe aplicará a pena de confissão.

b) A parte será intimada pessoalmente, com antecedência mínima de 30 dias da audiência, constando do mandado que se presumirão confessados os fatos, caso não compareça.

c) A parte responderá pessoalmente ou por meio de seu advogado sobre os fatos articulados, podendo se servir de escritos anteriormente preparados, sendo defeso, a quem ainda não depôs, assistir ao interrogatório da outra parte.

d) Quando o juiz não o determinar de ofício, compete a cada parte requerer seu depoimento pessoal, a fim de ser interrogada na audiência de instrução e julgamento.

e) Quando a parte, sem motivo justificado, deixar de responder ao que lhe for perguntado, ou empregar evasivas, o juiz declarará na sentença sua confissão.

Questão 78: VUNESP - Proc (Pref SJC)/Pref SJC/2012

O ônus da prova cabe ao

a) autor, quanto ao fato constitutivo de seu direito.

b) autor, quanto à existência de fato impeditivo de seu direito.

c) réu, quanto aos fatos notórios.

d) autor, quando o fato é afirmado por uma parte e confessado pela outra.

e) réu em cujo favor milita presunção legal.

Questão 79: VUNESP - Adv Jr (CRO SP)/CRO SP/2015

Em uma audiência de instrução e julgamento, o juiz, ao conduzir os trabalhos, primeiro colheu o depoimento pessoal do autor, na presença do réu, e o do réu, também com a presença do autor, logo após, fez a oitiva das testemunhas, primeiro as do réu e depois as do autor, e por fim escutou o perito para fins de esclarecimentos. Diante do quadro exposto, e do que determina expressamente o Código de Processo Civil, é correto afirmar que o juiz

a) acertou na sua conduta, tendo em vista que oportunizou às partes valerem-se da ampla defesa e do contraditório nessa fase do processo, conhecida como postulatória.

b) errou, uma vez que o depoimento pessoal do autor só pode ser colhido na ausência do réu, sendo que nos demais atos praticados durante a audiência de instrução e julgamento observou rigorosamente as regras do Código de Processo Civil.

c) errou em todos os seus atos, tendo em vista que primeiramente deveria ter colhido o depoimento do perito, para após colher o depoimento pessoal do autor, na ausência do réu, e, enfim, o depoimento pessoal do réu e, após, realizar a oitiva das testemunhas do autor em primeiro lugar, para depois ouvir as do réu.

d) acertou na sua conduta, tendo em vista que oportunizou às partes valerem-se da ampla defesa e do contraditório nessa fase do processo, conhecida como instrutória.

e) errou, uma vez que o depoimento pessoal do autor só pode ser colhido na ausência do réu, e, ainda, por que trocou a ordem das provas orais, sendo que primeiro deveria ter colhido o depoimento das testemunhas do autor, depois as do réu, para após colher o depoimento pessoal das partes e, por fim, ter arguido o perito para que prestasse esclarecimentos.

Questão 80: VUNESP - AMCI (SP)/Pref SP/Correição/2015

Sobre as provas e sua produção, assinale a alternativa correta.

a) O sistema processual vigente atribui maior peso à prova documental, em detrimento aos demais meios de provas.

b) No despacho inicial, o juiz determinará as provas que poderão ser produzidas pelas partes, considerando a natureza do litígio.

c) É nula de pleno direito qualquer convenção que retire do autor o ônus de produzir prova quanto ao fato constitutivo de seu direito.

d) Pela teoria da distribuição dinâmica do ônus probatório, flexibiliza-se a tradicional distribuição do ônus probatório, de acordo com as circunstâncias fáticas e atributos de cada uma das partes.

e) Constituem fatos notórios aqueles que foram alegados pelo autor e não foram especificamente impugnados pelo réu.

Questão 81: VUNESP - Proc (CM Pradópolis)/CM Pradópolis/2016

Sobre o depoimento pessoal, assinale a alternativa correta.

a) A parte será interrogada na forma prescrita para a inquirição de testemunhas.

b) Compete a cada parte requerer seu próprio depoimento pessoal.

c) A parte é obrigada a depor sobre os fatos criminosos que lhe forem imputados.

d) Sem ônus, poderá a parte se recusar a depor.

e) Para o depoimento pessoal, a parte será intimada na pessoa de seu advogado.

Questão 82: VUNESP - JE TJSP/TJ SP/2015

A questão refere-se à Lei no 5.869/73, Código de Processo Civil, de 1973.

Com relação à confissão, assinale a alternativa correta.

- a) É, de regra, indivisível.
- b) É meio de prova que implica presunção absoluta de veracidade.
- c) A confissão judicial faz prova contra os litisconsortes e o confitente.
- d) Em ação que verse sobre direitos indisponíveis, a confissão não faz prova contra o confitente se desacompanhada da confissão do outro cônjuge.

Questão 83: VUNESP - JE TJRJ/TJ RJ/2013

Assinale a alternativa correta, no que tange à produção da prova testemunhal.

- a) Depois de apresentado o rol, o pedido de substituição é restrito ao caso de falecimento da testemunha.
- b) No procedimento ordinário, o juiz deverá fixar o prazo para apresentação do rol em cartório, sob pena de nulidade da decisão.
- c) Negando a testemunha sua condição de suspeita, poderá a parte impugnante provar a contradita por prova testemunhal.
- d) É vedada a intimação da testemunha pelos correios, devendo o ato ser praticado por oficial de justiça.

Questão 84: VUNESP - Esc (TJ SP)/TJ SP/"Capital e Grande SP"/2014

É de competência dos Juizados Especiais da Fazenda Pública, quanto à matéria, processar, conciliar e julgar causas cíveis de interesse dos Estados, do Distrito Federal, dos Territórios e dos Municípios, incluindo-se em sua competência o julgamento de

- a) causas sobre bens imóveis pertencentes a esses entes.
- b) ação de improbidade administrativa.
- c) desapropriações.
- d) mandado de segurança.

e) cobrança de diferenças salariais de funcionário público.

Questão 85: VUNESP - Proc Jur(CM Marília)/CM Marília/2016

Será realizada uma audiência de instrução e julgamento em que previamente houve realização de perícia e existe pedido de depoimento pessoal das partes, bem como arrolamento de testemunhas. Diante disso, assinale a alternativa correta.

- a) Antes de instalar a instrução, em regra, não cabe ao juiz tentar conciliar as partes.
- b) Em primeiro lugar, o juiz tomará os depoimentos pessoais, primeiro do autor e depois do réu.
- c) Por último, o perito e os assistentes técnicos responderão aos quesitos de esclarecimentos, requeridos no prazo e nos termos do disposto no Código de Processo Civil.
- d) Após ouvir os peritos e assistentes técnicos e realizados os depoimentos pessoais, serão inquiridas as testemunhas arroladas pelo autor e pelo réu.
- e) O juiz não poderá dispensar a produção de prova requerida pela parte cujo advogado não tenha comparecido à audiência.

Questão 86: VUNESP - Proc Jur (CM Poá)/CM Poá (SP)/2016

Serão ouvidos como prova em audiência na seguinte ordem:

- a) perito e assistentes técnicos; depoimentos pessoais, primeiro do autor e depois do réu; testemunhas arroladas pelo autor e pelo réu.
- b) depoimentos pessoais, primeiro do autor e depois do réu, testemunhas arroladas pelo autor e pelo réu; perito e assistentes técnicos.
- c) perito e assistentes técnicos; testemunhas arroladas pelo autor e pelo réu; depoimentos pessoais, primeiro do autor e depois do réu.
- d) depoimentos pessoais, primeiro do autor e depois do réu; perito e assistentes técnicos; testemunhas arroladas pelo autor e pelo réu.
- e) testemunhas arroladas pelo autor e pelo réu; perito e assistentes técnicos; depoimentos pessoais, primeiro do autor e depois do réu.

Questão 87: VUNESP - Ass Jur (P Ferreira)/Pref P Ferreira/2017

Independente de prova:

- a) o direito municipal em qualquer caso.

- b) as regras de experiência comum.
- c) os fatos confessados pela parte contrária.
- d) o direito consuetudinário.
- e) as provas emprestadas.

Questão 88: VUNESP - Pro Jur (P Ferreira)/Pref P Ferreira/2017

Numa demanda que tramita pelo procedimento comum, em que Zileide compõe o polo ativo e Pompeu o polo passivo, o juiz determinou a inversão do ônus da prova em favor da parte autora por entender que esta teria dificuldade excessiva em realizar as provas necessárias para constituir seus direitos.

Neste caso hipotético, é correto afirmar que:

- a) o juiz errou, pois pela teoria fixa da distribuição do ônus da prova que permeia o Código de Processo Civil, não há possibilidade em fazer a inversão deste encargo.
- b) tal ato só poderá ser considerado correto se o juiz determinar essa inversão na fase de saneamento do processo, nos termos da atual legislação.
- c) mesmo que para Pompeu seja extremamente custoso realizar a prova após a inversão do ônus, esse não se desincumbirá de provar aquilo que o juiz determinou.
- d) a inversão descrita no caso em tela poderá ocorrer tanto na sentença quanto na fase recursal, pois a novel codificação deixou claro que é numa dessas fases processuais que tal ato deve ser praticado pelo juiz.
- e) o juiz acertou em sua decisão, pois pela nova sistemática processual se tem a distribuição dinâmica do ônus probatório, e assim, basta o requerimento da parte para que seja realizada a inversão pretendida.

Questão 89: VUNESP - Esc (TJ SP)/TJ SP/2017

Numa audiência de instrução e julgamento, o juiz determinou que primeiro se ouvissem as testemunhas das partes, e, após isso, fossem prestados os esclarecimentos dos peritos. Além disso, no momento dos debates orais, numa ação em que havia interesse de menores, concedeu prazo de 40 minutos para o advogado do autor e de 30 minutos para o advogado do réu e para o promotor de justiça se pronunciarem. Diante dessa situação, é correto afirmar que o juiz

- a) somente errou ao inverter a ordem de oitiva do perito, tendo em vista que a lei determina que, obrigatoriamente, sejam ouvidos primeiro o perito e depois as testemunhas.
- b) acertou em todos os seus atos, pois a ordem da oitiva é passível de modificação a critério do juiz, bem como os prazos para debates orais devem ser estipulados pelo magistrado.
- c) errou na questão da inversão da ordem das provas em audiência, bem como ao conceder prazo maior para uma das partes em detrimento das outras, ferindo o princípio da igualdade processual.

d) errou unicamente ao conceder prazo para o ministério público, tendo em vista que somente as partes devem participar dos debates orais, cabendo ao promotor apenas manifestar-se por escrito por meio de memoriais.

e) acertou ao inverter a ordem da colheita de provas em audiência, pois não há uma obrigatoriedade nesse roteiro; mas errou ao fixar limite de tempo de 40 minutos para o pronunciamento em razões finais do advogado do autor, prazo superior ao estabelecido em lei.

Questão 90: VUNESP - JE TJSP/TJ SP/2017

Em matéria de prova, é incorreto afirmar:

a) a falsidade de documento será resolvida como questão incidental e sobre a decisão não incidirá a autoridade da coisa julgada, salvo se a parte requerer que o juiz decida a falsidade como questão principal.

b) desde que sejam capazes, e que a controvérsia comporte autocomposição, as partes podem escolher o perito, e a perícia, assim produzida, substituirá, para todos os efeitos, a que seria realizada por perito nomeado pelo juiz, sem prejuízo do convencimento motivado do magistrado.

c) a parte pode requerer o depoimento pessoal da parte adversária, do litisconsorte e eventualmente dela própria.

d) na audiência de instrução, as perguntas serão formuladas pelas partes (por seus advogados) diretamente à testemunha, mas o juiz poderá inquirir a testemunha tanto antes quanto depois da inquirição feita pelas partes.

Questão 91: VUNESP - Proc Jur (CM Sumaré)/CM Sumaré/2017

Arrolada a testemunha, caberá ao advogado da parte informar ou intimar a testemunha por ele arrolada.

A intimação será feita por via judicial quando:

a) sempre que for requerida pela parte interessada.

b) a testemunha houver sido arrolada pela Defensoria Pública.

c) for de difícil acesso a localização da testemunha.

d) houver inércia da parte interessada.

e) a audiência for redesignada.

Questão 92: VUNESP - Esc (TJ SP)/TJ SP/"Interior"/2007

É correto afirmar que

a) conclusos os autos, o juiz mandará processar a exceção, ouvindo o excepto dentro de 15 dias.

- b) a confissão espontânea somente poderá ser feita pela própria parte.
- c) a suscitação do incidente de falsidade não suspenderá o processo principal.
- d) publicada a sentença, o juiz só poderá alterá-la para corrigir, de ofício ou a requerimento da parte, inexatidões materiais, ou lhe retificar erros de cálculo.
- e) a desistência da ação, ou a existência de qualquer causa que a extinga, obsta o prosseguimento da reconvenção.

Questão 93: VUNESP - OJ (TJM SP)/TJM SP/2011

Publicada a sentença, o juiz pode alterá-la por meio de

- a) apelação.
- b) agravo de instrumento.
- c) agravo retido.
- d) embargos infringentes.
- e) embargos de declaração.

Questão 94: VUNESP - Esc (TJ SP)/TJ SP/"Interior"/2013

É defeso ao juiz proferir sentença

- a) certa, quando decidir relação jurídica condicional.
- b) impondo multa diária ao réu, a pedido do autor, desde que haja justificado receio de ineficácia do provimento final.
- c) a favor do autor, de natureza diversa da pedida, bem como condenar o réu em quantidade superior ou em objeto diverso do que lhe foi demandado.
- d) e depois lhe corrigir de ofício, por conta de inexatidões materiais.
- e) e modificar o valor ou a periodicidade da multa, caso verifique que se tornou insuficiente ou excessiva.

Questão 95: VUNESP - Adv Leg (CMSC)/CM SC/2013

A sentença que decida além do que foi pedido na inicial é

- a) extra petita, podendo ser anulada.
- b) citra petita, podendo ser anulada.
- c) ultra petita, podendo ser parcialmente anulada.

- d) ultra petita, nula de pleno direito.
- e) extra petita, nula de pleno direito.

Questão 96: VUNESP - Proc (Pref SJC)/Pref SJC/2012

João propôs ação de investigação de paternidade em face de seu suposto pai, no entanto, a ação foi julgada improcedente, por não ter sido comprovado o vínculo genético. A ação transitou em julgado. Passados alguns anos, com o advento da tecnologia decorrente do exame de DNA, João propôs nova ação em face da mesma parte e com o mesmo pedido. Diante desse fato, assinale a alternativa correta.

- a) Em razão da coisa julgada, a petição inicial deverá ser indeferida por ser um óbice intransponível.
- b) A petição inicial é inepta, em razão da coisa julgada que deve ser respeitada pelas partes.
- c) A ação deve ser extinta, com resolução do mérito, em razão da imutabilidade da coisa julgada.
- d) A ação deve ser extinta, sem resolução do mérito, em razão da imutabilidade da coisa julgada.
- e) A coisa julgada deve ser relativizada, em respeito à prevalência de direito fundamental.

Questão 97: VUNESP - Proc (CM Pradópolis)/CM Pradópolis/2016

Publicada a sentença, o juiz, em regra, só poderá alterá-la

- a) antes de abrir prazo para contrarrazões de apelação.
- b) a pedido de terceiro, que venha a ser atingido pelo mérito da decisão.
- c) com a minuta do agravo.
- d) para corrigir de ofício inexatidões materiais.
- e) quando a decisão for genérica.

Questão 98: VUNESP - Proc (IPSMI)/IPSMI/2016

João ingressou com ação contra a Fazenda Pública de Itaquaquecetuba, requerendo indenização por danos morais com requerimento de concessão de tutela antecipada.

Diante desse quadro, é correto afirmar que

- a) o prazo para a ré contestar deverá ser contado em dobro e caso venha a sucumbir nos autos, terá prazo quadruplicado para recorrer.

b) o pedido de antecipação de tutela formulado por João é inepto, pois pelo princípio da reserva do possível não se admite concessão de liminares contra a Fazenda Pública.

c) gozando a Fazenda Pública de gratuidade processual presumida, caso saia vitoriosa na ação movida por João, este não poderá ser condenado ao pagamento de custas e honorários advocatícios.

d) caso a ação promovida por João seja julgada totalmente procedente, ainda que a Fazenda Pública não recorra, para que a sentença em regra possa produzir efeitos, necessário se fará a confirmação da decisão pelo Tribunal.

e) a citação da Fazenda Pública no presente caso deverá ser realizada primeiramente pelo correio. Caso se veja frustrada a citação, João poderá requerer que a citação seja feita por Oficial de Justiça.

Questão 99: VUNESP - JE TJRJ/TJ RJ/2016

Verificada a existência de decisões conflitantes versando sobre o mesmo bem jurídico, e ambas transitadas em julgado,

a) prevalece aquela que for mais favorável ao réu.

b) prevalecem ambas, até que alguma delas seja desconstituída por ação rescisória.

c) prevalece a que for mais favorável ao autor.

d) não prevalece nenhuma delas, até que uma seja desconstituída por ação rescisória.

e) prevalece aquela que por último transitou em julgado.

Questão 100: VUNESP - Proc M (Sertãozinho)/Pref Sertãozinho/2016

Assinale a alternativa correta.

a) Faz coisa julgada a verdade dos fatos, estabelecida como fundamento da sentença.

b) É possível que a sentença transitada em julgado atinja não só as partes do processo, mas também terceiros.

c) Condenado o devedor a emitir declaração de vontade, uma vez transitado em julgado, compete ao condenado emitir a declaração de vontade sob pena de pagamento de multa diária.

d) Publicada a sentença, o juiz só poderá alterá-la por meio de embargos de declaração.

e) Faz coisa julgada toda apreciação de questão prejudicial, decidida incidentalmente no processo.

Questão 101: VUNESP - Adv (CM Registro)/CM Registro/2016

Assinale a alternativa correta sobre o instituto da coisa julgada, previsto no Código de Processo Civil.

a) A verdade dos fatos tida como fundamento da sentença fará coisa julgada.

- b) Não faz coisa julgada a resolução da questão prejudicial, feita a requerimento da parte, mesmo sendo o juiz competente em razão da matéria e constituir pressuposto necessário para o julgamento da lide.
- c) Está sujeita ao duplo grau de jurisdição a sentença que estiver fundada em jurisprudência do plenário do Supremo Tribunal Federal ou em súmula deste Tribunal ou do tribunal superior competente, se proferidas contra a União, para que tenha efeito.
- d) Tratando-se de relação jurídica continuativa, sobrevindo modificação no estado de fato ou de direito, poderá ser revista a decisão, mesmo que já acalentada pela coisa julgada.
- e) Nas causas relativas ao estado de pessoa, se houverem sido citados no processo, em litisconsórcio necessário, todos os interessados, a sentença não produzirá coisa julgada em relação a terceiros.

Questão 102: VUNESP - Proc Jur (Andradina)/Pref Andradina/2017

Eduardo é representado pelo advogado Marcos das Neves em um processo de divórcio que lhe move sua esposa Nair. Eduardo é o réu da ação. O casal tem dois filhos maiores, Mônica e Arthur, e não possui qualquer patrimônio, sendo o rompimento do casamento o único objeto da ação. Durante o curso da demanda, Eduardo falece. Diante desses fatos, é correto afirmar que

- a) a morte de Eduardo suspenderá o processo até que o advogado Marcos possa habilitar Mônica e Arthur como representantes do espólio, no prazo de 15 dias fixados em lei.
- b) o processo deverá ser extinto sem resolução do mérito, por tratar a causa de direito intransmissível aos herdeiros de Eduardo.
- c) a morte de Eduardo suspenderá o processo até que o advogado Marcos possa habilitar Mônica e Arthur como representantes do espólio, no prazo que deve ser fixado livremente pelo juiz dada a natureza e complexidade da causa.
- d) o processo deverá ser extinto com resolução do mérito, decretando-se de plano o divórcio de Nair e Eduardo, pois ele era réu dessa ação e a autora pretendia se tornar divorciada.
- e) se o falecimento fosse de Nair, a ação deveria ser julgada extinta sem solução de mérito pela perda do interesse de agir. Porém, ocorrendo o falecimento de Eduardo, a ação deverá ser suspensa até a habilitação dos herdeiros, o que deverá ser feito em até 10 dias a contar da morte do de cujus.

Questão 103: VUNESP - Pro Jur (P Ferreira)/Pref P Ferreira/2017

Suponha que uma ação A foi extinta por ter sido declarada coisa julgada material preexistente em outra demanda B.

Nesse caso, é correto afirmar que

- a) por ser a ação A uma demanda cuja sentença foi definitiva, não haverá possibilidade do ingresso de uma nova ação.

- b) por ter sido proferida na ação A sentença terminativa, haverá a possibilidade do ingresso de uma nova demanda, que terá sucesso na segunda oportunidade.
- c) se a coisa julgada fosse formal na demanda B, tratar-se-ia de uma decisão interlocutória e, portanto, possível o ingresso de uma nova ação.
- d) a sentença da ação A é terminativa, porém a causa dessa extinção refere-se à sua coisa julgada material, e, portanto, impossível o ingresso de uma nova ação.
- e) mesmo sendo uma sentença terminativa (ação A), em se tratando de coisa julgada material (ação B), todas as eventuais ações que pudessem ser propostas no mesmo sentido, seriam extintas novamente.

Questão 104: VUNESP - Proc Jur (Alumínio)/Pref Alumínio/2016

Sobre a sentença, pelo que dispõe a atual legislação processual, é correto afirmar que

- a) a decisão que acolhe a existência de convenção de arbitragem não resolve o mérito da questão e pode ser declarada de ofício pelo juiz.
- b) caso o juiz verifique que o processo ficou parado por mais de um ano por negligência das partes, antes de extingui-lo com resolução do mérito, deverá conceder prazo de cinco dias para que as partes supram a falta.
- c) caracterizada a perempção, a sentença deverá ser sem resolução do mérito, não podendo o autor propor nova ação, sendo que a argumentação poderá ser usada em eventual defesa de seus direitos.
- d) a sentença que reconhece a prescrição poderá ser prolatada de ofício em qualquer caso, extinguindo o processo com conhecimento do mérito, independentemente da oitiva das partes.
- e) a renúncia e a desistência à pretensão formulada nos autos extinguirá a ação com conhecimento do mérito.

Questão 105: VUNESP - Proc Jur (Alumínio)/Pref Alumínio/2016

Sobre as disposições do Código de Processo Civil a respeito da eficácia da sentença no que concerne à remessa necessária, certo é que

- a) submeter-se-á a este instituto a sentença que julgar procedentes ou improcedentes os embargos à execução fiscal.
- b) mesmo não havendo apelação, a sentença proferida contra a União que tenha um valor mínimo superior a 1.000 salários-mínimos deverá passar pela remessa necessária, sendo que se o juiz não o fizer deverá o presidente do respectivo tribunal avocá-la.
- c) se a decisão estiver fundada em acórdão proferido pelo STF em julgamento de recursos repetitivos contra o Município, ainda assim deverá a sentença passar pelo crivo da remessa necessária.
- d) se a condenação tiver proveito econômico de 600 salários- mínimos e o condenado for o Distrito Federal, não haverá necessidade de remessa necessária.
- e) não se aplica as disposições de excepcionalidade da remessa necessária para as autarquias e fundações municipais.

Questão 106: VUNESP - JE TJSP/TJ SP/2017

Sobre a coisa julgada material, é correto afirmar que

- a) apenas decisões de mérito transitadas em julgado comportam ação rescisória.
- b) na ação de dissolução de sociedade, a coisa julgada se opera em relação à sociedade, ainda que a sociedade não tenha sido citada, desde que todos seus sócios o tenham sido.
- c) se opera entre as partes entre as quais é dada, não podendo prejudicar ou beneficiar terceiros.
- d) pode abranger a resolução de questão prejudicial, desde que dessa resolução dependa o julgamento do pedido; que tenha sido facultado o contraditório; e que o órgão seja competente em razão da matéria e da pessoa para resolver a questão como se principal fosse.

Questão 107: VUNESP - Proc Leg (CM Cotia)/CM Cotia/2017

Está sujeita ao duplo grau de jurisdição, não produzindo efeito senão depois de confirmada pelo tribunal:

- a) decisão que concede a antecipação da tutela proferida contra a União, os Estados, o Distrito Federal, os Municípios e as respectivas autarquias e fundações de direito público.
- b) sentença que julgar procedentes, no todo ou em parte, os embargos à execução de instituições financeiras de natureza jurídica de empresa pública.
- c) sentença proferida contra a União, os Estados, o Distrito Federal, os Municípios e as respectivas autarquias e fundações de direito público, quando não for possível precisar, desde logo, o valor da condenação.
- d) sentença cujo valor da condenação, do proveito, do benefício ou da vantagem econômica em discussão for de valor certo e líquido inferior a 100 (cem) salários--mínimos para todos os municípios e respectivas autarquias e fundações de direito público.
- e) sentença, ainda que fundada em entendimento coincidente com orientação vinculante firmada no âmbito administrativo do próprio ente público, consolidada em manifestação, parecer ou súmula administrativa.

Questão 108: VUNESP - DP MS/DPE MS/2014

Assinale a alternativa correta a respeito da liquidação de sentença.

- a) A liquidação de sentença não pode ser realizada por forma diversa da estabelecida na sentença.
- b) Não podem ser incluídos na liquidação os juros moratórios quando não arbitrados pela sentença.
- c) A liquidação por artigos é julgada por sentença, da qual cabe apelação.
- d) Incumbe ao devedor a antecipação dos honorários periciais em fase de liquidação por arbitramento ou por artigos.

Questão 109: VUNESP - DP MS/DPE MS/2014

Na liquidação da sentença, que dependa apenas de cálculo aritmético, o beneficiário da assistência judiciária

- a) não pode se utilizar do serviço de contador judicial para apuração do crédito, salvo na hipótese de cálculos complexos e quando não for representado pela Defensoria Pública.
- b) não pode se utilizar do serviço de contador judicial para apuração do crédito quando for representado pela Defensoria Pública e não se tratar de cálculos complexos.
- c) pode se utilizar do serviço de contador judicial para apuração do crédito, ainda que seja representado pela Defensoria Pública, independentemente da complexidade dos cálculos.
- d) pode se utilizar do serviço de contador judicial para apuração do crédito, desde que seja representado pela Defensoria Pública, independentemente da complexidade dos cálculos.

Questão 110: VUNESP - Proc (CM Pradópolis)/CM Pradópolis/2016

Do requerimento de liquidação de sentença, será a parte intimada

- a) pessoalmente, por mandado de intimação.
- b) pessoalmente, por mandado de citação.
- c) pessoalmente, por todos os meios processuais disponíveis.
- d) pessoalmente, por publicação da imprensa oficial.
- e) na pessoa de seu advogado.

Questão 111: VUNESP - JE TJPA/TJ PA/2014

A multa fixada em ação tendo como objeto o cumprimento de obrigação de fazer

- a) fica prejudicada caso convertida a obrigação em indenização por perdas e danos.
- b) pode ser alterada na fase de cumprimento de sentença, caso se revele insuficiente ou excessiva.
- c) pode ser modificada somente até o trânsito em julgado da sentença que a impôs.
- d) não pode ser alterada de ofício pelo Juiz.
- e) não pode ser alterada se a decisão liminar que a fixar não for objeto de recurso, pois sujeita-se à preclusão.

Questão 112: VUNESP - JE TJPA/TJ PA/2014

O termo inicial do prazo de 15 dias para o cumprimento voluntário, pelo devedor, da sentença condenatória ao pagamento de quantia, sob pena de multa de 10% e penhora de bens, ocorre na data

- a) da intimação pessoal do devedor, acerca do trânsito em julgado da sentença.
- b) em que o título judicial se torna passível de execução, ainda que provisória, independentemente de intimação.
- c) da intimação do devedor, na pessoa do seu advogado, por publicação na imprensa oficial, para que efetue o pagamento da quantia discriminada em específico requerimento, segundo cálculos do credor.
- d) do trânsito em julgado da sentença, independentemente de intimação.
- e) da intimação do devedor, na pessoa do seu advogado, por publicação na imprensa oficial, acerca do trânsito em julgado da sentença.

Questão 113: VUNESP - Proc (Pref SJC)/Pref SJC/2012

No que diz respeito ao cumprimento de sentença, da decisão que resolver a impugnação pela extinção da execução,

- a) caberá o recurso de Agravo de instrumento.
- b) caberá o recurso de Agravo retido.
- c) caberá o recurso de Apelação.
- d) caberá o recurso de Embargos de declaração.
- e) não caberá recurso.

Questão 114: VUNESP - AMCI (SP)/Pref SP/Correição/2015

Assinale a alternativa correta sobre as espécies de processo e tutela jurisdicional.

- a) O vigente Código de Processo Civil contém procedimento especial para ações de conhecimento ajuizadas em face da Administração Pública.
- b) Valendo-se de seu poder geral de cautela, pode o juiz determinar medidas provisórias que julgar adequadas para preservar o direito da parte.
- c) Obtida a tutela jurisdicional pretendida, em ação de conhecimento, o beneficiado deve ajuizar nova ação para executar a sentença.
- d) O abuso do direito de defesa não configura motivo idôneo para que o juiz antecipe os efeitos da tutela jurisdicional em benefício do autor.
- e) Na ação de execução fundada em título executivo extrajudicial, a defesa do executado se dá, em regra, nos próprios autos da execução.

Questão 115: VUNESP - NeR (TJ SP)/TJ SP/Provimento/2016

No curso de cumprimento de sentença condenatória ao pagamento de quantia, o credor exequente requer a penhora de imóvel em relação ao qual o devedor é titular de direitos oriundos de compromisso particular de compra e venda não inscrito no Registro de Imóveis. A medida constritiva é

- a) totalmente inviável, pois que não tendo havido registro do bem em nome do devedor, os direitos oriundos de compromisso particular de compra e venda não inscrito no Registro de Imóveis não são dotados de expressão econômica.
- b) totalmente viável, porque independentemente da inscrição do compromisso no Registro de Imóveis, o devedor já é tido como titular da propriedade sobre o bem, sendo, portanto, penhorável o imóvel e passível de averbação da dita penhora na matrícula.
- c) viável em parte, admitindo-se tão somente a penhora dos direitos do executado sobre o imóvel, e vedada a averbação da penhora no Registro de Imóveis, por afronta ao princípio da continuidade registrária, já que o bem formalmente é propriedade de terceiro.
- d) viável, desde que o credor apresente junto ao Registro de Imóveis cópia do auto ou termo de penhora sobre o imóvel, caso em que a penhora será averbada na matrícula, para presunção absoluta de conhecimento de terceiros.

Questão 116: VUNESP - JE TJRJ/TJ RJ/2014

De acordo com as alterações promovidas pela Lei n.º 11.232/2005, assinale a alternativa correta acerca da fase de cumprimento de sentença.

- a) Considera-se inexigível o título judicial cujo fundamento foi arquitetado em dispositivo declarado inconstitucional pelo Supremo Tribunal Federal, em controle concentrado de constitucionalidade.
- b) Na execução provisória da sentença, é vedada a alienação de propriedade, ainda que o exequente preste caução.
- c) A sentença arbitral é considerada, para todos os efeitos, título executivo extrajudicial.
- d) Não se admite impugnação ao cumprimento de sentença, em qualquer hipótese, com fundamento na ilegitimidade da parte.

Questão 117: VUNESP - JE TJRJ/TJ RJ/2013

Assinale a alternativa correta acerca do cumprimento de sentença, considerando a reforma introduzida pela Lei n.º 11.232/2005.

- a) É considerado inexigível o título judicial fundado em lei declarada inconstitucional pelo Supremo Tribunal Federal.
- b) Correndo o processo à revelia, a nulidade de citação não pode ser arguida em impugnação ao cumprimento de sentença, em razão da preclusão temporal.
- c) A decisão que extingue a execução é atacável por meio de recurso de agravo, em sua forma de instrumento.

d) A impugnação ao cumprimento de sentença terá, em regra, efeito suspensivo, ressalvada a possibilidade de execução provisória.

Questão 118: VUNESP - JE TJSP/TJ SP/2017

Na impugnação ao cumprimento de sentença,

a) poderá, ainda que já tenha se operado o trânsito em julgado da sentença, ser alegada inexigibilidade da obrigação reconhecida no título, se ele estiver fundado em lei ou ato normativo considerado inconstitucional pelo Supremo Tribunal Federal, ou fundado em aplicação ou interpretação da lei ou do ato normativo, tido pelo Supremo Tribunal Federal como incompatível com a Constituição Federal, em controle de constitucionalidade concentrado ou difuso.

b) o prazo para a apresentação não será contado em dobro, mesmo que, sendo físicos os autos, haja litisconsortes com procuradores diferentes, de escritórios de advocacia distintos.

c) quando se alegar excesso de execução, é ônus da parte, sob pena de não ser conhecida a alegação, indicar desde logo o valor que entenda correto, mediante demonstrativo, ainda que entenda que a apuração dependa de prova pericial.

d) a respectiva apresentação impedirá a penhora, sua substituição, reforço ou redução, se concedido efeito suspensivo pelo juiz.

Questão 119: VUNESP - Esc (TJ SP)/TJ SP/"Interior"/2011

Havendo falecimento da parte, durante o prazo de interposição de recurso de apelação,

a) não implicará nenhuma suspensão ou interrupção, por haver advogado constituído nos autos.

b) não implicará suspensão ou interrupção, a não ser que se trate do falecimento do advogado da parte.

c) implicará a interrupção do feito, até que seja nomeado inventariante da parte falecida, que assumirá o feito.

d) será o prazo restituído em proveito do herdeiro ou do sucessor, contra quem correrá o prazo restante depois de sua intimação.

e) será o prazo restituído em proveito do herdeiro ou do sucessor, contra quem começará a correr o prazo por inteiro depois da intimação.

Questão 120: VUNESP - Proc Mun (SP)/Pref SP/2014

Assinale a alternativa correta acerca do Juizado Especial da Fazenda Pública.

a) Não podem ser ajuizadas perante o Juizado Especial da Fazenda Pública causas cujo valor supere 40 salários--mínimos.

- b) Admite-se a interposição de mandado de segurança perante o Juizado Especial da Fazenda Pública, desde que respeitado o valor limite de sua competência.
- c) Todas as sentenças estão sujeitas a reexame necessário pela Turma Recursal.
- d) No foro onde estiver instalado, sua competência é absoluta.
- e) O prazo para recorrer da sentença será contado em dobro quando o recorrente for pessoa jurídica de direito público.

Questão 121: VUNESP - Esc (TJ SP)/TJ SP/"Capital e Grande SP"/2014

Interposto recurso, o recorrente poderá dele desistir

- a) desde que haja a anuência dos litisconsortes.
- b) sem a anuência do recorrido.
- c) até que haja a resposta do recorrido.
- d) se não houver recurso adesivo ao seu.
- e) somente até a remessa ao tribunal.

Questão 122: VUNESP - Ana O (PRODEST)/PRODEST/Ciências Jurídicas/2014

A regra de que todas as questões passíveis de conhecimento de ofício podem e devem ser apreciadas igualmente de ofício em grau recursal, descreve o conteúdo do efeito recursal denominado

- a) Obstativo.
- b) Diferido.
- c) Regressivo.
- d) Translativo.
- e) Substitutivo.

Questão 123: VUNESP - JE TJMS/TJ MS/2015

O recurso interposto por um dos litisconsortes

- a) aproveita ao recorrente, pois os interesses nunca são comuns a todos.
- b) aproveita ao recorrente, se a natureza litisconsorcial for passiva.
- c) a todos aproveita, salvo se distintos ou opostos os seus interesses.

- d) aproveita sempre a todos, pela natureza indistinta do litisconsórcio.
- e) a todos aproveita, se não for o caso de reformatio in pejus.

Questão 124: VUNESP - Esc (TJ SP)/TJ SP/"Interior"/2007

A apelação será recebida em seu efeito devolutivo e suspensivo quando interposta de sentença que

- a) homologar a divisão ou a demarcação.
- b) condenar a prestação de alimentos.
- c) julgar procedentes os embargos à execução.
- d) decidir processo cautelar.
- e) confirmar a antecipação dos efeitos da tutela.

Questão 125: VUNESP - Proc Jur (M Cruzes)/Pref Mogi Cruzes/2016

A apelação interposta antes da publicação da sentença será considerada

- a) intempestiva.
- b) intempestiva, exceto se houver recurso adesivo.
- c) tempestiva.
- d) tempestiva, se ratificada após a publicação.
- e) suspensão, até ser recebida pelo tribunal.

Questão 126: VUNESP - Esc (TJ SP)/TJ SP/"Interior"/2011

Em determinada ação, o juiz proferiu um despacho com conteúdo decisório. Inconformada, uma das partes requereu a reconsideração da decisão, contudo, o juiz não modificou sua deliberação. A parte impetrou então agravo de instrumento referindo-se a essa nova decisão e daí contando seu prazo.

Em razão desses fatos, aponte a alternativa correta.

- a) Antes de apresentar agravo de instrumento, a parte deveria ter impetrado agravo retido, pois é o único modo que permite ao juiz retratar-se da decisão anteriormente proferida.
- b) O pedido de reconsideração não interrompe nem suspende o prazo para interposição de agravo de instrumento, que deve ser contado a partir do primeiro ato.

c) As decisões proferidas são independentes, ainda que se refiram à solução de um mesmo pedido, razão pela qual caberá interposição de recurso em face do segundo despacho.

d) As decisões não comportam nenhum tipo de inconformismo, visto que o poder decisório do juiz independe da vontade das partes, diante do princípio da imparcialidade e condução da causa.

e) Não poderá o juiz reconsiderar sua decisão, caso seja interlocutória, haja vista que poderá gerar o inconformismo da outra parte litigante no feito, que perderá seu direito de recorrer do primeiro despacho.

Questão 127: VUNESP - Proc Jur (CM VP)/CM V Paulista/2016

Nos termos do art. 1.015, do CPC, cabe agravo de instrumento contra as decisões interlocutórias que versarem sobre

- a) a rejeição da prova pericial.
- b) o aditamento da petição inicial.
- c) a inclusão de litisconsorte.
- d) o acolhimento do pedido de benefício da justiça gratuita.
- e) o mérito do processo.

Questão 128: VUNESP - Proc Leg (CM Cotia)/CM Cotia/2017

Das decisões interlocutórias que versarem sobre o mérito do processo, o recurso cabível é o de

- a) agravo retido.
- b) agravo de instrumento.
- c) embargos infringentes.
- d) apelação.
- e) reclamação constitucional.

Questão 129: VUNESP - Proc Jur (CM Sumaré)/CM Sumaré/2017

Havendo interposição do agravo de instrumento, verificando a falta de cópia de qualquer peça obrigatória, o relator deverá

- a) inadmitir o recurso.
- b) não conhecer do recurso.
- c) receber o recurso e determinar sua complementação.

- d) conhecer do recurso e determinar que a serventia complemente a documentação.
- e) conceder ao agravante prazo de cinco dias para a complementação da documentação.

Questão 130: VUNESP - Pro Jur (P Ferreira)/Pref P Ferreira/2017

X ingressou com uma ação contra a empresa Y. X teve sua demanda julgada improcedente e por isso recorreu. O desembargador relator, em decisão monocrática, não conheceu da apelação, pois entendeu que esta não foi preparada adequadamente, não concedendo prazo para que X sanasse o vício, determinando inclusive a certificação do trânsito em julgado. Ocorre que X é beneficiária da Justiça Gratuita e por isso isenta de custas de preparo.

A medida judicial cabível para que X questione a atitude do desembargador e consiga reverter a decisão é

- a) Agravo de Instrumento.
- b) Embargos de Divergência.
- c) Recurso Especial.
- d) Recurso Ordinário.
- e) Agravo Interno.

Questão 131: VUNESP - Esc (TJ SP)/TJ SP/2017

Lucas Bastos propôs ação contra a empresa Limiar Ltda., pois teve seu nome negativado indevidamente. Requereu liminar, que foi indeferida pelo juiz de primeiro grau. Fez agravo de instrumento contra a decisão do juiz singular e requereu a declaração de efeito ativo ao recurso, pois estava pretendendo comprar uma casa e precisava de seu nome sem restrições. O relator indeferiu monocraticamente esse efeito.

Diante dessa decisão do relator, é correto afirmar que Lucas

- a) poderá manejar agravo retido, pois, apenas com o julgamento de outro recurso, essa situação poderá ser rediscutida.
- b) tem como única forma recursal à sua disposição o pedido de retratação, claramente prescrito na nova sistemática processual.
- c) poderá manejar agravo interno, que é recurso cabível contra as decisões proferidas pelo relator.
- d) poderá manejar outro agravo de instrumento, por se tratar de decisão interlocutória que analisa tutela provisória.
- e) por estar diante de uma decisão irrecorrível, não tem meios de rediscutir a decisão do relator.

Questão 132: VUNESP - Esc (TJ SP)/TJ SP/"Interior"/2013

Os embargos de declaração deverão ser opostos, no prazo de

- a) 15 (quinze) dias, em petição dirigida ao juiz, com indicação do ponto obscuro, omissos, contraditórios ou negativa de vigência de lei federal, estando sujeitos a preparo.
- b) 10 (dez) dias, em petição dirigida ao juiz, com indicação do ponto obscuro, contraditórios, omissos ou com erro material, estando sujeitos a preparo.
- c) 8 (oito) dias, em petição dirigida ao juiz ou relator, com indicação do ponto que deu à lei federal interpretação divergente da que lhe foi atribuída por outro tribunal, estando sujeitos a preparo.
- d) 5 (cinco) dias, em petição dirigida ao juiz ou relator, com indicação do ponto obscuro, contraditórios ou omissos, não estando sujeitos a preparo.
- e) 3 (três) dias, em petição dirigida ao juiz ou relator, com indicação do ponto obscuro, omissos, contraditórios ou inconstitucional, não estando sujeitos a preparo.

Questão 133: VUNESP - Asse Jur (Caieiras)/CM Caieiras/2015

Publicada a sentença, o juiz poderá alterá-la, provocado por meio de embargos de declaração. Nesse caso, assinale a alternativa correta.

- a) Os embargos de declaração consistentes em mero pedido de reconsideração não interrompem o prazo recursal.
- b) O juiz não pode alterar a sentença a requerimento da parte, se encerrada sua função jurisdicional para correção de inexatidões materiais.
- c) Em qualquer hipótese, os embargos de declaração provocam o contraditório, ouvindo-se a parte adversa.
- d) O terceiro prejudicado não tem legitimidade para opor embargos de declaração, já que este se destina apenas à parte.
- e) Os embargos de declaração não são cabíveis para corrigir decisão interlocutória, que deverá ser atacada por meio de agravo.

Questão 134: VUNESP - AJ (TJ PA)/TJ PA/Direito/2014

No procedimento ordinário, os embargos de declaração

- a) interrompem o prazo para interposição de outros recursos, apenas pela parte que os tenha oposto.
- b) suspendem o prazo para interposição de outros recursos, apenas pela parte que os tenha oposto.
- c) suspendem o prazo para interposição de outros recursos, por qualquer das partes.
- d) interrompem o prazo para interposição de outros recursos, por qualquer das partes.

e) não suspendem nem interrompem o prazo para interposição de outros recursos.

Questão 135: VUNESP - AnaP MPE SP/MPE SP/Assistente Jurídico/2015

Os embargos de declaração no rito ordinário serão opostos no prazo de

- a) 5 dias, sem preparo, em petição dirigida ao juiz ou relator, interrompendo o prazo de outros recursos, por qualquer das partes.
- b) 5 dias em primeira instância e 10 dias em segunda instância, em petição dirigida ao juiz ou relator, não interrompendo o prazo de outros recursos para a parte contrária.
- c) 10 dias, com preparo, em petição dirigida ao juiz ou relator, interrompendo o prazo de outros recursos, por qualquer das partes.
- d) 15 dias, com preparo, em petição dirigida ao juiz ou relator, não interrompendo o prazo de outros recursos para a parte contrária.
- e) 10 dias, sem preparo, em petição dirigida ao juiz ou relator, interrompendo o prazo de outros recursos para a parte contrária.

Questão 136: VUNESP - JE TJMS/TJ MS/2015

Embargos de declaração opostos com a única finalidade de requerer um juízo de reconsideração

- a) ainda que rejeitados, interrompem o prazo recursal.
- b) não interrompem o prazo recursal, apenas se rejeitados.
- c) não interrompem o prazo recursal em nenhum caso.
- d) interrompem o prazo recursal, se recebidos.
- e) interrompem o prazo recursal, se providos.

Questão 137: VUNESP - Proc Mun (Rosana)/Pref Rosana/2016

João e Maria litigam em ação indenizatória movida pelo primeiro em face da segunda. Em sentença proferida em primeiro grau de jurisdição, a ação foi julgada parcialmente procedente, motivando a interposição de recurso de apelação por ambas as partes. O Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo (TJ/SP), por meio de acórdão, confirmou a parcial procedência, mas omitiu-se com relação a um dos pedidos do recurso interposto por Maria, consistente na reavaliação e na redistribuição dos ônus da sucumbência. Assim, Maria opôs tempestivos embargos de declaração, na mesma data em que João interpôs recurso especial. Em novo acórdão, o TJ/SP manteve integralmente sua decisão. Nesse cenário, de acordo com o contemporâneo entendimento do Superior Tribunal de Justiça, é correto afirmar que o recurso especial interposto

- a) será normalmente processado, independentemente de qualquer nova providência por João.
- b) deverá ser ratificado por João no prazo de 15 (quinze) dias, a contar da publicação do acórdão que julgou os embargos de declaração.
- c) será considerado como não interposto, devendo ser novamente apresentado por João, no prazo legal, sem alterações em seu teor.
- d) é prematuro e não será admitido seu processamento, ressalvada a possibilidade de João interpor novo recurso especial na forma adesiva.
- e) deverá ser ratificado por João no prazo de 5 (cinco) dias, a contar da publicação do acórdão que julgou os embargos de declaração.

Questão 138: VUNESP - Proc (CM Pradópolis)/CM Pradópolis/2016

Os embargos de declaração têm prazo de

- a) 5 (cinco) dias de qualquer decisão.
- b) 10 (dez) dias de qualquer decisão.
- c) 5 (cinco) dias de despacho e 10 (dez) dias de sentença e acórdão.
- d) 5 (cinco) dias em caso de sentença e 10 (dez) dias em se tratando de acórdão.
- e) 10 (dez) dias em caso de sentença e 5 (cinco) dias em se tratando de acórdão.

Questão 139: VUNESP - Proc Jur (Andradina)/Pref Andradina/2017

Dr. Regis é procurador do Município de Andradina. Numa ação em que representa os interesses da Prefeitura, interpôs Embargos de Declaração contra acórdão de segundo grau que manteve a decisão de primeira instância in totum condenando parcialmente o Poder Público Municipal a pagar determinada quantia a um munícipe, e que, segundo o procurador, não teria ficado claro se tal condenação seria por danos materiais ou morais. A parte contrária não embargou, mas fez Recurso Especial, para discutir a parte que sucumbiu, antes da decisão dos embargos ser proferida. Os embargos não foram providos, mantendo-se exatamente a decisão anterior.

De acordo com o entendimento do Novo CPC, assinale a alternativa correta a respeito desse Recurso Especial, já proposto pelo munícipe.

- a) Só deverá ser analisado se o recorrente ratificar sua interposição.
- b) Deverá ser refeito, concedendo novo prazo para apresentação das razões.
- c) Não será conhecido, pois foi interposto antes de se esgotar todos os recursos anteriores.

d) Não será conhecido, por ser intempestivo, uma vez que foi interposto antes do início do prazo para sua apresentação.

e) Não é necessário ratificar o recurso especial interposto na pendência do julgamento dos embargos de declaração, quando inalterado o resultado anterior.

Questão 140: VUNESP - Proc Leg (CM Cotia)/CM Cotia/2017

Caso o acolhimento dos embargos de declaração implique modificação da decisão embargada, o embargado que já tiver interposto outro recurso contra a decisão originária

a) deverá desistir do recurso interposto.

b) poderá complementar ou alterar suas razões, nos exatos limites da modificação.

c) poderá, no prazo de quinze dias, apresentar novo recurso.

d) deverá aguardar o julgamento do recurso, em que se levará em conta a modificação feita.

e) deverá ratificar o recurso interposto.

Questão 141: VUNESP - Proc Jur (CM Sumaré)/CM Sumaré/2017

O recurso cabível quando qualquer decisão judicial deixe de se manifestar sobre tese firmada em julgamento de casos repetitivos ou em incidente de assunção de competência aplicável ao caso sob julgamento é:

a) Apelação.

b) Agravo de instrumento.

c) Agravo interno.

d) Embargos de declaração.

e) Recurso especial ou extraordinário.

Questão 142: VUNESP - Esc (TJ SP)/TJ SP/"Capital"/2010

Quanto aos atos processuais praticados perante o Juizado Especial, leia as seguintes assertivas.

I. Os atos processuais serão públicos e poderão realizar-se em horário noturno, conforme dispuserem as normas de organização judiciária.

II. Não se pronunciará qualquer nulidade sem que tenha havido prejuízo.

III. A prática de atos processuais em outras comarcas deverá ser solicitada por meio de oficial de justiça.

IV. As peças do processo, documentos e transcrição magnética que o instruem devem ser conservadas em arquivo próprio do Tribunal de Justiça.

V. Os atos processuais serão válidos sempre que preencherem as finalidades para as quais forem realizados, atendidos os critérios previstos na Lei n.º 9.099/95.

Está correto apenas o que se afirma em

- a) I e III.
- b) III e V.
- c) IV e V.
- d) I, III e IV.
- e) I, II e V.

Questão 143: VUNESP - Esc (TJ SP)/TJ SP/"Interior"/2011

Assinale a alternativa correta no que diz respeito ao procedimento de ações perante os Juizados Especiais.

- a) Admite-se a citação do réu por edital, desde que se encontre em lugar incerto e não sabido.
- b) O comparecimento espontâneo não supre a necessidade de citação pessoal do réu.
- c) As microempresas e os incapazes não podem propor ação perante o Juizado Especial.
- d) É possível formular pedido genérico quando não for possível determinar, desde logo, a extensão da obrigação.
- e) Não se admitirá a intervenção do Ministério Público nas causas de competência do Juizado.

Questão 144: VUNESP - Esc (TJ SP)/TJ SP/"Capital e Interior"/2012

É cabível, perante o Juizado Especial Cível, ação de despejo

- a) para uso próprio.

- b) por infração contratual.
- c) para fins de alienação do imóvel.
- d) por falta de pagamento.
- e) por perda de garantia locatícia.

Questão 145: VUNESP - Esc (TJ SP)/TJ SP/"Capital e Interior"/2012

No que diz respeito às citações ou intimações realizadas nos procedimentos de competência do Juizado Especial Cível, assinale a alternativa correta.

- a) Dos atos praticados na audiência, considerar-se-ão desde logo cientes as partes.
- b) A intimação, sendo realizada por oficial de justiça, depende de mandado ou carta precatória.
- c) O comparecimento espontâneo não suprirá a falta ou nulidade da citação, em razão do rito especial do Juizado.
- d) Poderão ser feitas por correspondência, com aviso de recebimento em mão própria, por mandado ou edital.
- e) Tratando-se de pessoa jurídica, a citação será válida mediante entrega ao sócio com poderes para recebê-la.

Questão 146: VUNESP - Esc (TJ SP)/TJ SP/"Interior"/2013

Dentre outras, não podem ser partes no processo instituído pela Lei n.º 9.099/95:

- a) a massa falida e as sociedades de crédito ao microempreendedor.
- b) o incapaz e o preso.
- c) as empresas públicas da União e as microempresas.
- d) o insolvente civil e as pessoas físicas capazes.
- e) as pessoas jurídicas qualificadas como Organização da Sociedade Civil de Interesse Público.

Questão 147: VUNESP - JE TJSP/TJ SP/2013

Acerca do Juizado Especial Cível, é correto dizer que

- a) no processo perante o Juizado Especial não se admitirá nem o litisconsórcio nem tampouco qualquer modalidade de intervenção de terceiro ou a assistência.
- b) no recurso interposto da sentença, as partes serão obrigatoriamente representadas por advogados.
- c) os bancos podem ajuizar execução contra seus devedores no Juizado Especial, desde que a cobrança não exceda o limite de 40 (quarenta salários mínimos).

d) as pessoas físicas incapazes, desde que regularmente representadas, podem propor ação perante o Juizado Especial.

Questão 148: VUNESP - JE TJSP/TJ SP/2007

Assinale o arresto correto segundo o disposto na Lei dos Juizados Especiais Cíveis.

- a) Na hipótese de conciliação, a opção pelo procedimento previsto nesta lei importará em renúncia ao crédito excedente a 40 vezes o salário mínimo.
- b) Os processos orientar-se-ão pelos critérios da oralidade, simplicidade, informalidade, economia processual e celeridade, admitindo-se a assistência e o litisconsórcio.
- c) O Juizado Especial Cível possui competência para processamento das causas cíveis de menor complexidade, cujo valor não exceda a 40 salários mínimos, abrangendo aquelas enumeradas no art. 275, inc. I, do Código de Processo Civil, também a ação de despejo para uso próprio e de seu companheiro.
- d) Nas causas de valor até 20 salários mínimos, as partes poderão comparecer pessoalmente, e nas de valor superior deverão estar assistidas por advogado.

Questão 149: VUNESP - Esc Pol (PC SP)/PC SP/2014

Segundo a Lei n.º 9.099/95, são orientadores do processo em trâmite perante o Juizado Especial, os critérios da

- a) oralidade, informalidade, seletividade e impessoalidade.
- b) informalidade, oralidade, economia processual e celeridade.
- c) impessoalidade, abstração, formalidade e economia processual.
- d) fungibilidade, informalidade, abstração e economia processual.
- e) oralidade, formalidade, impessoalidade e celeridade.

Questão 150: VUNESP - Esc (TJ SP)/TJ SP/"Capital e Grande SP"/2014

Pode ser autor em ação proposta perante o Juizado Especial Cível:

- a) pessoa física cessionária de direito de pessoa jurídica.
- b) insolvente civil.
- c) sociedades de crédito ao microempreendedor, nos termos da lei.
- d) pessoa jurídica de direito público.
- e) pessoa presa.

Questão 151: VUNESP - DP MS/DPE MS/2014

No procedimento especial dos Juizados Especiais Cíveis,

- a) a apresentação de embargos à execução de título judicial ou extrajudicial depende de penhora.
- b) não se admite agravo contra decisão que nega admissibilidade a recurso extraordinário.
- c) o condomínio residencial não pode figurar como autor.
- d) admite-se recurso adesivo ao recurso inominado.

Questão 152: VUNESP - Del Pol (PC CE)/PC CE/2015

De acordo com a Lei nº 9.099/95, que dispõe sobre os Juizados Especiais Cíveis, assinale a alternativa correta.

- a) Os incapazes não podem ser parte nas ações que tramitam perante o Juizado Especial Cível.
- b) É dispensável o comparecimento da parte autora na audiência de conciliação.
- c) Têm competência para processar e julgar causas que não excedam 60 (sessenta) vezes o salário-mínimo.
- d) Os microempreendedores individuais, microempresas e empresas de pequeno porte não podem propor ação perante o Juizado Especial Cível.
- e) É indispensável a assistência da parte por advogado, independentemente do valor da causa.

Questão 153: VUNESP - Esc (TJ SP)/TJ SP/"Interior"/2015

No que diz respeito aos atos processuais praticados perante o Juizado Especial Cível, assinale a alternativa correta.

- a) Não serão declarados nulos sem que tenha havido prejuízo, sendo válidos sempre que preencherem as finalidades para as quais forem realizados.
- b) Todos serão registrados resumidamente, em notas manuscritas, datilografadas, taquigrafadas ou estenotipadas.
- c) Serão públicos e poderão realizar-se em horário noturno, conforme dispuserem as normas de organização judiciária, exceto os relativos exclusivamente ao estado da pessoa, que correrão em segredo de justiça.
- d) Não poderá ser solicitada a prática de atos processuais em outra Comarca, exceto se se tratar de perícia técnica.
- e) Nenhum ato processual essencial será praticado sem a presença de advogado.

Questão 154: VUNESP - DP MS/DPE MS/2012

Podem ser partes no Juizado Especial da Fazenda Pública

- a) como autores, os municípios.
- b) como autores, as pessoas físicas.
- c) como réus, as sociedades limitadas.
- d) como réus, as empresas de pequeno porte.

Questão 155: VUNESP - JE TJMS/TJ MS/2015

No que se refere à intervenção do advogado nos Juizados Especiais Cíveis, é correto afirmar que

- a) nas causas de valor até vinte salários-mínimos, as partes comparecerão pessoalmente, podendo ser assistidas por advogado; nas de valor superior, a assistência é obrigatória.
- b) não é obrigatória a assistência de advogado em qualquer hipótese, com fundamento no princípio da informalidade.
- c) nas causas de valor até dez salários-mínimos, as partes comparecerão pessoalmente, podendo ser assistidas por advogado; nas de valor superior, a assistência é obrigatória.
- d) não é obrigatória a assistência de advogado em qualquer hipótese, com fundamento no princípio do acesso à justiça.
- e) nas causas de valor superior a cinco vezes o salário-mínimo, a assistência de advogado é obrigatória.

Questão 156: VUNESP - JL (TJ RS)/TJ RJ/2014

Apresentada, em audiência, carta de preposição sem reconhecimento de firma, o juiz deve

- a) considerar válida a assinatura, salvo se instaurado incidente de falsidade documental, por iniciativa da parte contrária, com produção da respectiva perícia grafotécnica.
- b) admitir sua validade, desde que verificada a semelhança da assinatura com a dos atos constitutivos da demandada, com base na simplicidade e na informalidade, podendo, caso arguida falsidade, deferir prazo para a apresentação de carta com firma reconhecida.
- c) redesignar a audiência para nova data, quando a demandada deverá comparecer regularmente representada.
- d) decretar a revelia e proferir sentença, pois trata-se de requisito legal para a validade da representação.
- e) dar andamento à audiência, porquanto a relação de preposição pode ser demonstrada por testemunhas.

Questão 157: VUNESP - JL (TJ RS)/TJ RJ/2014

Nos Juizados Especiais Cíveis, decretada a falên

- a) os autos serão remetidos ao Juízo em que estiver tramitando a falência.
- b) o processo será extinto sem resolução do mérito.

- c) o processo ficará suspenso até a citação da massa falida, na pessoa de seu administrador judicial.
- d) o processo prosseguirá, sem solução de continuidade, em face da massa falida.
- e) os autos serão distribuídos à vara cível da mesma comarca, observando-se o procedimento comum.

Questão 158: VUNESP - DP MS/DPE MS/2012

Os Juizados Especiais da Fazenda Pública têm competência para julgar:

- a) mandados de segurança.
- b) demandas sobre direitos difusos, de interesse do município, até o valor de 60 salários mínimos.
- c) ações de improbidade administrativa, de interesse do município, até o valor de 60 salários mínimos.
- d) causas cíveis, de interesse do município, até o valor de 60 salários mínimos.

Questão 159: VUNESP - JL (TJ RS)/TJ RJ/2014

Nos Juizados Especiais Cíveis, reconhecida a incompetência territorial,

- a) os autos devem ser remetidos ao Juizado do foro competente, com a anulação apenas dos atos decisórios praticados até então.
- b) os autos só devem ser remetidos ao Juizado do foro competente se o réu demonstrar efetivo prejuízo à sua defesa, caso contrário, há prorrogação de competência.
- c) os autos devem ser remetidos ao Juizado do foro competente, preservando-se todos os atos processuais até então praticados.
- d) o processo deve ser extinto, sem resolução do mérito, por expressa determinação legal.
- e) os autos devem ser remetidos ao Juizado do foro competente, com a anulação de todos os atos processuais praticados até então.

Questão 160: VUNESP - JL (TJ RS)/TJ RJ/2014

Assinale a alternativa que aponta causa de competência do Juizado Especial Cível.

- a) Ação de despejo para uso próprio.
- b) Ação monitória, cujo valor não supere 40 salários mínimos.
- c) Ação de despejo por falta de pagamento, cumulada com cobrança, cujo valor não supere 40 salários mínimos.
- d) Ação revisional de aluguel.

e) Ação coletiva, cujo valor não supere 40 salários mínimos.

Questão 161: VUNESP - JL (TJ RS)/TJ RJ/2014

Assinale a alternativa que aponta pessoa admitida a propor ação perante o Juizado Especial Cível.

- a) A microempresa, assim definida nos termos da lei.
- b) O preso, desde que devidamente assistido.
- c) O insolvente civil.
- d) A pessoa jurídica de direito público.
- e) A pessoa física absolutamente incapaz, desde que representada nos termos da lei civil.

Questão 162: VUNESP - JL (TJ RS)/TJ RJ/2014

Nos Juizados Especiais Cíveis, admite-se

- a) chamamento ao processo.
- b) litisconsórcio ulterior.
- c) assistência litisconsorcial.
- d) denúncia da lide à seguradora.
- e) assistência simples.

Questão 163: VUNESP - JL (TJ RS)/TJ RJ/2014

Nos Juizados Especiais Cíveis, a citação

- a) postal de pessoa jurídica depende do seu recebimento pelo representante legal.
- b) não pode ter sua nulidade aduzida pelo réu que comparece a sessão conciliatória.
- c) se realizará por edital, quando inacessível o local onde se encontrar o demandado.
- d) poderá ser realizada por oficial de justiça, dependendo, para tanto, de mandado ou carta precatória.
- e) quando realizada por hora certa dispensa o envio de carta de cientificação ao demandado.

Questão 164: VUNESP - JL (TJ RS)/TJ RJ/2014

Sobre a figura do preposto, como representante da pessoa jurídica nos Juizados Especiais Cíveis, é correto afirmar:

- a) o preposto deve ser sócio ou empregado da pessoa jurídica que representa.
- b) admite-se a acumulação simultânea das funções de preposto e de advogado na mesma pessoa.
- c) o titular de firma individual não poderá se fazer representar por preposto.
- d) o preposto empregado não possui poderes para prestar depoimento pessoal, sendo indispensável a presença de sócio.
- e) o comparecimento do representante legal da pessoa jurídica, na forma de seus atos constitutivos, dispensa carta de preposição.

Questão 165: VUNESP - JL (TJ RS)/TJ RJ/2014

Nos Juizados Especiais Cíveis, sobre a assistência por advogado, pode-se afirmar que

- a) o mandato conferido ao advogado pela parte deve ser escrito, na forma de procuração.
- b) não cabe ao juiz alertar as partes da conveniência do patrocínio por advogado, mesmo quando a causa o recomendar.
- c) se uma das partes estiver representada por advogado, a outra não poderá recusar assistência judiciária.
- d) a assistência obrigatória tem lugar a partir da fase instrutória, não se aplicando para a formulação do pedido e a sessão de conciliação.
- e) a assistência é obrigatória na audiência de instrução, seja qual for o valor da causa.

Questão 166: VUNESP - JL (TJ RS)/TJ RJ/2014

Devem ser afastados os efeitos da revelia quando o demandado

- a) deixa de apresentar contestação, mas é favorecido pelos elementos apresentados em contestação de seu litisconsorte.
- b) ausente à audiência de instrução se faz representar por advogado e apresenta defesa.
- c) ausente à sessão de conciliação comparece à audiência de instrução e apresenta resposta.
- d) não apresenta resposta, mas comparece à audiência de instrução.
- e) deixa de apresentar contestação, mas apresenta reconvenção.

Questão 167: VUNESP - JL (TJ RS)/TJ RJ/2014

A respeito dos atos processuais no Juizado Especial Cível, é correto afirmar:

- a) quando hajam de realizar-se fora dos limites territoriais da comarca do Juizado, devem ser requisitados por carta precatória.
- b) não devem ter sua nulidade pronunciada, senão quando desta resultar prejuízo.
- c) devem ser realizados em dias úteis, das 6 às 20 horas.
- d) devem ser reduzidos a termo escrito, sob pena de nulidade.
- e) dispensam a publicidade, devido ao caráter eminentemente privado dos litígios.

Questão 168: VUNESP - JL (TJ RS)/TJ RJ/2014

Assinale a alternativa correta acerca do pedido no Juizado Especial Cível.

- a) Quando a parte estiver representada por advogado, o pedido deve ser apresentado por escrito.
- b) A exposição dos fundamentos jurídicos é requisito legal do pedido.
- c) É vedada a formulação de pedidos alternativos.
- d) O pedido pode ser alterado a qualquer momento, desde que antes da sentença, independentemente da anuência da parte contrária.
- e) A cumulação de pedidos só é possível se eles forem conexos e sua soma não ultrapassar o limite do valor de alçada.

Questão 169: VUNESP - JL (TJ RS)/TJ RJ/2014

Sobre as funções de conciliador e de juiz leigo, assinale a alternativa correta.

- a) O juiz leigo pode dirigir audiências de instrução ou de conciliação, independentemente de supervisão do juiz togado.
- b) O juiz leigo encontra-se investido de poder jurisdicional.
- c) Ao atuar como árbitro, o juiz leigo pode decidir por equidade.
- d) O laudo arbitral produzido por juiz leigo, ao contrário da sentença, dispensa homologação pelo juiz togado.
- e) Tratam-se de funções incompatíveis com o exercício da advocacia.

Questão 170: VUNESP - JL (TJ RS)/TJ RJ/2014

Obtida a conciliação entre as partes, em sessão para tanto designada,

- a) o termo de conciliação, após homologado pelo juiz togado, valerá como título executivo extrajudicial.

- b) restará à parte, eventualmente arrependida, recorrer da sentença homologatória.
- c) deve ser designada data para, em nova sessão, serem lavrados os termos do acordo a ser homologado pelo juiz togado.
- d) será proferida sentença homologatória e extinto o processo com resolução do mérito.
- e) o processo será extinto sem resolução do mérito.

Gabarito

1) D	31) A	61) A	91) B	121) B	151) A
2) E	32) C	62) A	92) D	122) D	152) A
3) D	33) D	63) B	93) E	123) C	153) A
4) D	34) A	64) A	94) C	124) C	154) B
5) C	35) E	65) E	95) C	125) C	155) A
6) B	36) E	66) D	96) E	126) B	156) B
7) C	37) C	67) D	97) D	127) E	157) B
8) A	38) C	68) E	98) D	128) B	158) D
9) A	39) B	69) E	99) E	129) E	159) D
10) E	40) A	70) A	100) B	130) E	160) A
11) E	41) C	71) C	101) D	131) C	161) A
12) C	42) B	72) A	102) B	132) D	162) B
13) B	43) B	73) A	103) E	133) A	163) B
14) E	44) B	74) C	104) C	134) D	164) E
15) C	45) E	75) D	105) B	135) A	165) D
16) B	46) E	76) C	106) B	136) C	166) A
17) A	47) B	77) A	107) C	137) A	167) B
18) E	48) C	78) A	108) D	138) A	168) E
19) D	49) E	79) C	109) C	139) E	169) C
20) D	50) D	80) D	110) E	140) B	170) D
21) A	51) C	81) A	111) B	141) D	
22) A	52) B	82) A	112) C	142) E	
23) C	53) C	83) C	113) C	143) D	
24) B	54) E	84) E	114) B	144) A	
25) A	55) C	85) D	115) C	145) A	
26) D	56) D	86) A	116) A	146) B	
27) B	57) B	87) C	117) A	147) B	
28) A	58) D	88) B	118) C	148) D	
29) E	59) A	89) E	119) E	149) B	
30) E	60) D	90) C	120) D	150) C	